

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

**O TRABALHO DOS PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL: UMA ABORDAGEM
ERGONÔMICA**

Elizabeth Amado

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de produção da
Universidade Federal de Santa Catarina
Como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em
Engenharia de Produção

Florianópolis

2000

Elizabeth Amado

**O TRABALHO DOS PROFESSORES DO ENSINO
FUNDAMENTAL: UMA ABORDAGEM ERGONÔMICA**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada para a
Obtenção do título de **Mestre em Engenharia de
Produção no Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção** da
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 21 de Novembro de 2000

Prof. RICARDO DE MIRANDA BACIA, Ph.D.
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

Prof.. Milton Luiz Horn Vieira, Dr.

Prof^a Vania Ribas Ulbricht, Dr^a .
Orientadora

Prof. Eugênio Andrêz Dias Merino, Dr.

A Deus por mais esta etapa

concluída

A minha mãe por ter me dado a oportunidade da vida, ao meu pai que sempre lutou para dar aos seus filhos, o estudo para um futuro com dignidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Vânia Ribas Ulbricht, pelo carinho com que recebeu este trabalho, para orientar e o auxílio prestado, na correção, bem como por dividir seus conhecimentos.

Agradeço a minha colega e grande amiga Maria Bernadete Martins Alves, pelo apoio nas horas difíceis, pelo auxílio que prestou através dos seus conhecimentos e, principalmente, pela sua amizade.

Agradeço a Maria Lúcia Gonzaga, a psicóloga que durante o desenvolvimento deste trabalho foi mãe, confidente, amiga e uma profissional brilhante.

Agradeço à Diretora Arlene e às professoras da Escola José do Valle Pereira que muito contribuíram para a construção desta pesquisa.

Agradeço aos membros da Banca examinadora: profs. Milton Luiz Horn Vieira e Eugênio Andrés Dias Nerino, pelo tempo despendido na leitura deste trabalho e pelas valiosas sugestões apresentadas.

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para realização desta pesquisa

O que for a profundeza do teu ser, assim será teu desejo
O que for o teu desejo, assim será tua vontade
O que for a tua vontade, assim serão teus atos
O que forem teus atos, assim será teu destino

Brihadaranyaka Upanishad IV, 4

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	III
Sumário.....	VII
Lista De Tabelas.....	X
Resumo	XI
Abstract	XII
1 – Introdução	13
1.2 Problema	14
1.3 Hipótese	17
1.4 Objetivos	17
1.4.1 Geral	17
1.4.2 Específicos	18
1.5 Metodologia e Estrutura do Trabalho	18
1.5.1 Tipo de Pesquisa	18
1.5.2 População e Amostra	18
1.5.3 Coleta de Dados	19
1.5.4 Instrumentos para Coleta de Dados.....	19
1.5.5 Análise dos Dados	19
1.6 Limitações do Estudo	20
2 – Referencial Teórico	21
2.1 Introdução	21

2.2 As Escolas no Brasil	25
2.2.2 Reformas na Escola	31
2.2.3 O Papel do Professor na Escola	35
2.3 Ergonomia	36
2.3.1 Contextualização do Trabalho do Professor	41
2.3.2 A Influência do Trabalho na Saúde	45
2.3.3 Saúde e Trabalho dos Professores	47
2.4 Conclusão	50
3 – Resultados e Discussões	52
3.1 Introdução	52
3.2 Seleção e Amostra	53
3.2.1 O Perfil da Escola	56
3.2.2 Atividade Docente em Relação aos Alunos e a Escola	59
3.2.3 A Prática Docente em Relação ao Comportamento dos aluno	69
3.2.4 A Relação entre o Trabalho Docente e as Licenças de Saúde	76
3.3 Conclusão	85
4 – Conclusão	87
4.1 Conclusões Gerais	87
4.2 Recomendações	89
4.3 Sugestões para Trabalhos Futuros	90

5 – Referências Bibliográficas	91
Anexo A – Instrumento de Coleta de Dados	97
Apêndice B – Exame Pré-Admissional	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Universo das Escolas Básicas da Rede Municipal de Florianópolis e número de Afastamentos no ano de 1998 _____ 54

Tabela 2 – Escola José do Valle Pereira – Principais Reclamações dos professores Sobre as Condições de Trabalho _____ 68

Tabela 3 – Escola José do Valle Pereira – Incidências de Doenças que provocaram Licenças de Saúde _____ 81

RESUMO

Amado, Elizabeth. O Trabalho dos Professores do Ensino Fundamental: Uma Abordagem Ergonômica. Florianópolis, 2000. F. Mestrado em Engenharia de Produção – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2000

Este trabalho desenvolve-se a partir de um histórico da educação no Brasil, associado aos conceitos de ergonomia, buscando destacar a importância de um corpo docente saudável para uma melhor qualidade do ensino. Para isto estudou-se a relação entre a organização do trabalho e a saúde dos professores.

O estudo de caso foi realizado em uma escola da rede municipal de Florianópolis, que nos últimos dois anos apresentou um índice elevado de afastamento de professores por motivo de saúde, em relação às outras escolas da rede.

Como ferramenta, utilizou-se a Análise Ergonômica do Trabalho para fazer um levantamento da atividade docente, onde se verificou que há deficiência de recursos materiais, e também recursos humanos tais como (psicólogos, orientadores, assistentes de sala e dos pais). Verificou-se a necessidade de um melhor preparo acadêmico destes profissionais, para enfrentar a demanda diária de trabalho.

Os resultados da pesquisa demonstraram um índice elevado de professores com problemas psicológicos, que apresentavam em comum, o fato de acumularem várias funções dentro da mesma atividade com uma carga de responsabilidade muito grande associado à desvalorização da profissão perante a sociedade. Este estudo demonstrou também que as doenças evoluem de acordo com o tempo de trabalho destes profissionais.

Palavras-chave: Saúde, Educação, professores do ensino fundamental.

ABSTRACT

Amado, Elizabeth. O Trabalho dos Professores do Ensino Fundamental: Uma Abordagem Ergonômica. Florianópolis, 2000. F. Mestrado em Engenharia de Produção – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2000

This research was based on a historical summary on Education in Brazil. This summary involved ergonomic concepts and emphasized the importance of a healthy teaching staff as a means to achieve higher teaching quality. In order to arrive to this conclusion, the relationship between work organization and teachers' health was investigated.

This case study was carried out in a municipal school in Florianópolis which presented a high rate of teachers on sick leave, in relation to the other schools in the municipal teaching net.

The Work Ergonomic Analysis was used to survey the teaching activity in that school. This survey revealed lack of material resources, and also, human resources such as psychologists, orientation assistants, classroom attendants and students' parents. It was also found that those teachers might need better academic qualification as a way to face successfully their work burden.

The research findings demonstrated that a high number of teachers with psychological problems presented some facts in common. Among them we may take two facts into consideration: they had taken on too much responsibility at work by performing several tasks simultaneously, associated to the fact that teaching is a profession which has been losing its social and economic status in Brasil. Another finding showed that these problems were getting worse and worse as these teachers' work time was going on.

Key-words: Health, Education, Fundamental Education Teacher

1 - INTRODUÇÃO

O ensino fundamental, no Brasil, sempre foi muito pouco valorizado, embora seja a base para o desenvolvimento da capacidade intelectual e produtiva de todo cidadão e de nossa sociedade. Muito se discute a necessidade de investimentos e melhorias neste setor, porém pouco tem sido feito.

Pode-se identificar vários fatores que interferem de forma a tornar menos produtiva esta atividade, como os fatores econômicos, culturais, políticos entre outros que podem ser considerados como sendo os responsáveis pela imagem que se criou na educação de baixos rendimentos escolares e do aumento de evasão.

Os desafios que os professores enfrentam para mudar esta imagem são bastante complexos, pois passam pelos aspectos originados na história da educação, e pelas diversas mudanças que ocorreram no transcorrer dos anos, trazendo para esta categoria de trabalho dificuldades no desempenho de suas atividades, principalmente pela carência de condições financeiras das escolas, a desvalorização desta atividade, e o aumento de trabalho e responsabilidades.

O estudo de caso desenvolvido neste trabalho foi realizado com a finalidade de se tomar conhecimento das causas, que provocam o sofrimento dos professores e que os levam a adoecer. Alguns aspectos relevantes demonstram que o trabalho dos professores do ensino fundamental, por estar centrado em crianças de pouca idade e com seus interesses ainda voltados para as brincadeiras, os tornam dispersos, aumentando as dificuldades de alcançar o seu objetivo que é o aprendizado destas crianças.

De posse destes conhecimentos, procurou-se buscar na ergonomia meios para diminuir o sofrimento e o desgaste da saúde física e mental dos trabalhadores nesta atividade.

Considerando que uma das finalidades da ergonomia é melhorar e preservar a saúde do trabalhador, permitindo desta forma melhores condições de trabalho, elaborou-se um levantamento das atividades desenvolvidas pelos professores, destacando aquelas tarefas que lhes exigem maiores esforços físicos, mentais e emocionais, e que podem causar a perda da qualidade de seu trabalho, podendo provocar patologias. Ao se traçar um diagnóstico sobre a situação real dos professores, é possível planejar ações de melhorias contínuas em busca de uma melhor qualidade em seu trabalho, elevando desta forma a qualidade de vida.

1.2 Problema

No Brasil, os primeiros passos dados na educação foram pelos padres jesuítas, por volta de 1534. A educação era tradicional, religiosa e privada. Foram os padres que desenvolveram o primeiro método de ensino no Brasil.

As interferências do contexto sócio-político no qual esteve e está inserida a educação, sempre foi marcada pelo interesse dos governantes de cada época, haja visto o intervalo de tempo muito grande que houve – 1534 / 1827- (Gadotti, 1994) desde a criação das escolas pelos padres (escolas criadas para os filhos de fazendeiros) e a criação das primeiras escolas primárias públicas.

As escolas normais, para formação dos professores, surgiram mais tarde em 1830 (Piletti, 1994). Algumas barreiras tiveram que ser superadas, como a falta de professores, a falta de prática docente, e a discriminação, pois esta escola foi povoada por mulheres, e que nesta época não trabalhavam fora do lar. Houve muito preconceito e as primeiras professoras ficaram mal vistas aos olhos

da sociedade, por ser um trabalho executado praticamente por mulheres, e que nesta época somente desempenhavam atividades no lar, tornando um trabalho de baixa remuneração e de pouca importância, desvalorizando desta forma esta atividade.

Desde a criação das primeiras escolas até os dias atuais, o campo da educação passou por diversas mudanças para atender o desenvolvimento do país. A partir de 1930, com o movimento “escolanovismo”, que vigorou até os anos 70, muito se discutiu os métodos de ensino. De um lado a escola tradicional onde o ensino era centrado no mestre, e muda com a escola nova, passando o ensino a ser centrado no aluno.

Há quem acredite que centrar o ensino no aluno prejudicou muito o trabalho dos professores. Mudaram-se os valores e comportamentos. Os pais não educam mais os filhos; coube ao estado o papel de educar a criança. Automaticamente, esta responsabilidade ficou a encargo principalmente do professor do ensino fundamental, onde se inicia a educação escolar das crianças.

As dificuldades existentes dentro do ambiente de trabalho, em geral, aumentam o esforço do profissional para atingir o objetivo esperado da tarefa.

Dentro do ambiente escolar, existem vários fatores que podem causar danos à saúde dos professores e que tem levado esta atividade a apresentar um índice elevado de afastamentos, de acordo com os dados colhidos junto à Gerencia de Saúde do Servidor em Santa Catarina, para tratamento de saúde.

Este trabalho buscou levantar as prováveis causas ou desajustes existentes neste ambiente de trabalho, e que levam os professores a adoecer; desta forma identificou-se como relevantes: as condições estruturais precárias, como: cursos

de aperfeiçoamento de boa qualidade para os professores, a falta de recursos didáticos pedagógicos, a carência de material de pesquisa e profissionais especializados nas escolas.

Existem ainda outros fatores como o ritmo de trabalho, ruído, carga horária de trabalho, entre outros que podem fragilizar a saúde destes trabalhadores.

Dentro deste contexto, marcado por dificuldades e leis que muitas vezes prejudicaram o crescimento desta profissão, a atividade docente traz, em seu corpo de trabalhadores, as marcas do sofrimento causado pelas condições inadequadas de trabalho, e a falta de apoio por parte dos governantes.

A ergonomia, como ciência que busca a melhor forma de adequar o trabalho ao homem e amenizar o seu sofrimento, e por ser a área de conhecimento que vem orientando os estudos das trocas reguladoras entre o ambiente profissional e o trabalhador, será a ferramenta utilizada como referencial para investigar as causas mais específicas que levam os professores a adoecer.

1.3 Hipóteses

- As hipóteses de trabalho são que:

Os desajustes existentes dentro do ambiente escolar – professor x aluno – é originada pelo despreparo em lidar com as crianças, o que acaba por gerar ansiedades que levam ao estresse, afetando desta forma o sistema defensivo do organismo, levando ao aparecimento de patologias.

- Entende-se que a forma de organização do trabalho, dentro da escola e a divisão de funções, agrava o problema – professor x escola – em relação ao clima das relações humanas, podendo refletir na saúde dos professores.
- A atividade docente possui uma dualidade de papéis – ensinar e educar – e que pode gerar conflitos interiores, pela dificuldade que encontram em associar as duas funções.
- A ergonomia, no campo pedagógico, pode contribuir, através da utilização de procedimentos metodológicos e critérios ergonômicos, de modo a ter um ambiente de trabalho mais harmonioso e equilibrado, facilitando o aprendizado, diminuindo o esforço do professor.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Este estudo pretende focalizar o trabalho dos professores de 1^a a 4^a série do ensino fundamental e o reflexo deste trabalho na saúde física e mental destes profissionais.

1.4.2 Específicos

Este objetivo é composto por outros itens específicos que são enunciados a seguir:

- identificar a atividade e o comportamento do professor, em relação à escola e aos alunos;
- caracterizar a prática docente dentro do contexto educacional, através do comportamento dos alunos;

- Fazer uma relação entre o trabalho docente e as licenças de saúde dos professores.

1.5 Metodologia e estrutura do trabalho

Buscando alcançar os objetivos propostos, serão adotadas as seguintes etapas:

- Revisão bibliográfica do tema abordado.
- Análise ergonômica do posto de trabalho do professor do ensino fundamental (primário).
- Análise e avaliação dos resultados.

1.5.1 – Tipo de pesquisa

Trata-se de um estudo exploratório e de campo.

1.5.2 – População e amostra

A população foi constituída por professores que trabalham no ensino fundamental da 1ª a 4ª série, na Escola Básica José do Valle Pereira, da rede municipal de ensino de Florianópolis, no total de oito professores. A amostra foi constituída por seis professores, sendo que a análise das atividades foi realizada no período vespertino.

1.5.3 – Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada nos meses de agosto, setembro e outubro de 1999. Abordou-se, para as etapas de análise da demanda e análise das tarefas, os seguintes profissionais: diretora, supervisora e professores.

Para a análise das atividades, foram observados seis professores, no horário de 13:00 à 17:00 horas.

Ressalta-se que existem três turnos de trabalho, contudo, observou-se apenas o horário vespertino, por estar concentrado naquele turno um maior número de professores efetivos.

1.5.4 – Instrumentos para a coleta de dados

Foi utilizada a técnica de observação não participante e uma entrevista semi-estruturada com os professores e a diretora, visando determinar a demanda e, posteriormente, utilizada para a análise das tarefas.

Após determinar a demanda, foi aplicado um questionário com os professores.

1.5.5 – Análise dos dados

Os dados foram analisados seguindo as etapas recomendadas pela metodologia da análise ergonômica do trabalho, segundo Santos e Fialho (1995), que são: Análise da demanda; análise das tarefas e análise das atividades, diagnósticos e recomendações ergonômicas.

1.6 – Limitações do estudo

Este estudo limitou-se a identificar os fatores causadores de afastamentos para tratamento de saúde nos professores do ensino fundamental de 1ª a 4ª série, em uma escola da rede municipal de Florianópolis.

Ressalta-se que não teve como objetivo nesta dissertação, no que se refere ao estudo de campo, mensurar as diversas patologias, mas sim levantar possíveis causas, as quais foram verificadas levando em consideração a observação da pesquisadora no local de trabalho e o relato dos professores desta escola .

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Introdução

O processo educacional é inerente ao ser humano. Ele existe no meio social ao qual todos participam de alguma forma. Em casa, na rua, na igreja, ou na escola, todos estão envolvidos de alguma forma com a educação. O homem, como ser sociável, estará sempre envolvido de alguma maneira ou forma educacional ao seu meio social.

Conforme Ghiraldelli (1991, p. 58), “toda educação varia sempre em função de uma concepção de vida, refletindo em cada época, a filosofia predominante que é determinada, a seu turno, pela estrutura da sociedade”.

Quanto ao conceito de educação, Ferreira (1986, p. 619), descreve da seguinte forma:

“ Processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando a sua melhor integração individual e social: educação da juventude; educação de adultos; educação de excepcionais. Aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas. Conhecimento e prática dos usos de sociedade; civilidade, delicadeza, polidez, cortesia”.

O desenvolvimento da capacidade física e intelectual inicia-se nos primeiros anos da criança em casa e se estende mais tarde à escola e ao meio social em que vive.

Conforme Brandão (1989, p. 10) “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade”.

As formas de educação se adequam ao meio e à cultura dos povos. Ela se forma para desenvolver, dentro do contexto social, a maneira mais adequada de sobrevivência. Assim o conceito de educação de uma tribo indígena difere totalmente do conceito dos que vivem em uma metrópole. Um exemplo bastante

apropriado é o que Brandão cita, quando descreve o trecho de uma carta enviada pelos chefes de uma tribo de índios das Seis Nações (Estados Unidos) aos governantes de Virgínia, em resposta a um convite dos mesmos para que enviassem alguns de seus jovens índios para estudar nas escolas dos brancos. A carta ficou conhecida através de uma publicação de Benjamim Franklin.

... “Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração. Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa idéia de educação não é a mesma que a nossa.... Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltaram para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros. Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens.” (Brandão 1989, p. 8).

Através da experiência já vivida os índios sabiam que a educação dos brancos não era condizente ao seu meio de vida. Da mesma forma que a educação dos brancos não se adequa ao meio de vida dos índios, ela também muda de um meio social para outro. Embora seja diferente de acordo com a cultura e o meio social, a maioria dos autores concordam em dois pontos, de acordo com Freitag (1980, p. 15)

“A educação sempre expressa uma doutrina pedagógica, a qual implícita ou explicitamente se baseia em uma filosofia de vida, concepção de homem e sociedade;
Numa realidade social concreta, o processo educacional se dá através de instituições específicas (família, igreja, escola, comunidade) que se tornam porta vozes de uma determinada doutrina pedagógica”.

Emile Durkeim (apud Brandão, 1989, p. 70) sociólogo Francês, foi um dos primeiros escritores a sistematizar a educação como prática social sendo destinada à sociedade:

“A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos intelectuais e morais reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio social a que a criança, particularmente, se destina”.

A educação, como forma social de conduzir ao ato de ensinar e aprender, leva ao ensino formal. O ensino formal, estabelecido através de regras e métodos através de uma pedagogia - teoria da educação - própria e com executores especializados. É neste momento que surgem a escola, o aluno e o professor (Patto.1984, p. 19).

As primeiras escolas primárias, conforme Brandão (1989, p. 39) “surgiram em Atenas por volta dos anos 600 A.C.”. Os mestres que ensinavam os primeiros saberes eram os velhos escravos, (cativos estrangeiros). Os locais de ensino eram conhecidos por “lojas de ensinar”, e funcionavam no mercado. As primeiras escolas e os primeiros mestres mostram que a escola primária nasceu humilde e com dificuldades, pois funcionavam em lojas de mercado onde eram

comercializados os bens produzidos. Nestes ambientes passam a comercializar o saber. As condições de trabalho do professor já apresentam dificuldades desde essa época, assim como o local inadequado. Conforme Brandão (1989, p. 40) “Ali um humilde mestre-escola, reduzido pela miséria de “ ensinar” , leciona as primeiras letras e contas ...”

O magistério, assim como toda profissão, tem uma trajetória construída historicamente. A maneira como surgiu, a partir da necessidade de convivência e sobrevivência ao meio social, traz em sua raiz as marcas de dificuldades somada à falta de investimento nesta área de trabalho tão importante para o ser humano.

A estrutura de desenvolvimento educacional da qual herdamos vem de Roma, e se divide da seguinte forma: “a criança depois de 7 anos aprendia as primeiras letras na escola; a partir dos 12 anos estava pronta para a escola do *grammaticus* e a partir dos 16 a do *lector*” (Brandão 1989, p. 52).

2.2 As Escolas no Brasil

No Brasil, as primeiras escolas foram fundadas pelos padres Jesuítas que tinham a missão de ensinar as primeiras letras e as humanidades. De acordo com Gadotti (1994, p. 18) elas chegaram “por volta de 1534, através da ordem religiosa católica chamada Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola”. Os jesuítas, que tinham a missão de ensinar, podiam circular livremente tanto na casa dos senhores de engenho como no meio dos índios e escravos, porém na verdade o que buscavam era a submissão à fé católica e aos costumes europeus, embora o objetivo de seu trabalho, fosse ensinar a ler e escrever.

Segundo Piletti (1994, pg. 23) “não se pode negar que o trabalho dos padres foi eficiente; em poucos anos cobriram o território com missões, escolas

de ler, escrever, contar e colégios”. Este período é marcado por uma educação tradicional, religiosa e ensino privado.

Há que considerar que os jesuítas tiveram um importante papel no campo do desenvolvimento e divulgação da educação, pois, “quando foram expulsos, mantinham 36 missões, 25 residências e 18 estabelecimentos de ensino secundário localizados nos pontos mais importantes do país” (Gadotti, 1994 p. 18). “Residências”, eram as escolas de ler e escrever. Todos estes estabelecimentos acabaram com a saída dos padres. O primeiro método pedagógico a ser utilizado no Brasil também é mérito dos jesuítas. Eles trabalhavam com o “Ratio Studiorum”.

O “Ratio Studiorum” é conhecido hoje como o método jesuítico, ou o plano de estudos da Companhia de Jesus, publicado em 1599. Um método rígido, em que todos os mestres - professores - utilizavam uma única metodologia, um mesmo mestre, para cada turma do começo ao fim, e utilizavam poucos autores, além de uma disciplina muito rígida.

As primeiras reformas no campo educacional ocorreram em 1750, quando o então primeiro ministro de Portugal, o Marques de Pombal expulsa os padres jesuítas do Brasil. “A reforma dos estudos teve como objetivo explícito melhorar a qualidade do ensino, ao mesmo tempo em que afirmava pretender aumentar a quantidade de classes e professores” (Piletti, 1994, p. 23).

Na verdade não foi o que aconteceu, pois houve uma grande perda em toda a estrutura administrativa de ensino, uma vez que as reformas pombalinas passam a ministrar aulas dirigidas de latim, grego e retórica, não havendo desta forma uma organização de ensino, como havia na Companhia de Jesus .

Segundo Romanelli (1978, p. 36), “a uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro, a graduação, foram substituídas pela diversificação das disciplinas isoladas. Leigos começaram a ser introduzidos no ensino”.

Foi através das idéias do despotismo esclarecido que se falou pela primeira vez em escolas públicas. Mas estas idéias não foram muito adiante, porque em seguida, vem para o Brasil a família Real. A monarquia portuguesa não estava preocupada, com o ensino base para o povo, mas sim com o crescimento educacional para sua elite governamental. Pouco se fez no campo das primeiras letras durante o Império (Romanelli, 1978,p. 38).

A trajetória do ensino no Brasil passou por diversas constituições, sofrendo alterações através das Leis de Diretrizes e Bases – LDBs – do governo federal que regem a educação. Necessário se faz abrir parênteses, esclarecendo as mudanças ocorridas, para melhor entendimento das explanações futuras.

De acordo com Rama (1987, p. 32) desde a constituição do Império em 1824, já se tratava do ensino primário, ainda que de forma superficial como em seu art. 178 e 179, que dizia: “A instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. As constituições de 1834, 1837, 1891, 1946, 1967 e 1969, não trouxeram modificações relevantes para o ensino primário, tratando do ensino médio e universitário.

As maiores mudanças ocorreram a partir de 1971, com a Lei 5.692 de 11/08/71 que alterou a constituição de 1969, em seus artigos 176 e 178. O ensino primário e o ensino médio (antigo ginásio) passaram a ser denominados de ensino de 1º grau com duração de 08 anos. E o curso científico passou a ser

denominado de ensino de 2º grau com duração de três anos, profissionalizante. (Schuch, 1986, p. 28)

A Lei 4.173/78, que instituiu o Plano Nacional de Educação, passou a tratar o ensino de 1º grau por Ensino Fundamental. (Saviani, 1998, p. 99)

Em sua trajetória, o ensino de 1ª a 4ª série passou por: Instrução Primária, Ensino Médio e hoje é tratado por Ensino Fundamental. Neste trabalho adota-se o termo ensino primário, para citar o ensino de 1ª a 4ª série.

A constituição de 1824 tratou muito pouco deste assunto, o art. 179 dizia que: “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (Piletti, 1994, p. 42). O problema é que não existia escola primária. Mais tarde, em 1827, outra lei determina a criação de escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugarejos. A Constituição de 1834 deixa a encargo das províncias - Estado - a função de difundir o ensino primário. Porém, as províncias possuíam poucos recursos, tendo em vista seus orçamentos escassos. Por esta feita, pouco se fez para difundir o ensino primário. Além da falta de escolas primárias, outros fatores dificultaram o crescimento do ensino (Romanelli, 1978, p. 39). O curso primário não era exigido para ingressar no curso secundário. Desta forma, os filhos de fazendeiros e políticos (classe predominante na época) aprendiam as primeiras letras com professores particulares e ingressavam no segundo grau, sem freqüentar a escola primária (Ghiraldelli, 1991, p. 26). Os escravos que formavam uma grande massa da população não podiam freqüentar as escolas, nem as mulheres. Assim sendo, as poucas escolas primárias existentes ficavam vazias.

Pode-se observar que até aqui não se menciona a figura do professor. Se o ensino era pouco difundido, a imagem do professor era menos ainda. Nesta época, não existia a figura da professora, pois a mulher não podia aprender a ler

nem a escrever. Da mesma forma que durante o Império não houve preocupação com o ensino primário, também não houve com a formação de professores.

Piletti (1994, p. 44), comenta: “na inexistência de cursos destinados à formação dos professores, estes eram selecionados com base em três condições: maioria, moralidade, e capacidade, sendo que a última, às vezes, era medida através de concurso”. A imagem que se passa é que qualquer cidadão poderia ser um professor, bastando para isto ter idoneidade e um pouco de conhecimento, desprezando a capacidade docente e os conhecimentos pedagógicos para o desempenho desta atividade.

O que se pode perceber é que o ensino primário era relegado ao descaso dos governantes, para os quais não tinha a menor importância. Romanelli (1978, p. 40), descreve a situação de uma forma até mesmo chocante;

“O ensino primário foi relegado ao abandono, com pouquíssimas escolas, sobrevivendo à custa do sacrifício de alguns mestre escola que destituídos de habilitação para o exercício de qualquer profissão rendosa, se viam na contingência de ensinar”.

Diante de todas as dificuldades enfrentadas, para o desenvolvimento da educação, associado ao desinteresse da grande massa da população trabalhadora, nesta época constituída de camponeses, que não viam a escola (o aprendizado) como meio de crescimento, resultou em um aumento muito grande do número de analfabetos no país. Ghiraldelli (1991, p. 17) ressalta que nesta época atingiu-se cerca de 75% da população de analfabetos. Nos pequenos centros urbanos, os operários buscavam nas escolas um mínimo de aprendizado

para conseguir emprego nas poucas fábricas existentes. Considerando que o país já havia conquistado sua independência e entra no séc. XIX, numa fase de desenvolvimento industrial e crescimento econômico, esta situação não poderia persistir. Acreditava-se que as dificuldades e as crises do desenvolvimento econômico eram em função da ignorância do povo (Romanelli, 1978, p. 45).

Segundo Garcia (1978, p. 15), “no séc. XIX, a expansão da técnica e a ampliação do trabalho, levam à necessidade da universalização do saber ler, escrever e contar. A educação já não constitui ocupação ociosa e sim uma fábrica de homens utilizáveis e adaptáveis”.

Para suprir as necessidades do povo, e para o crescimento econômico do país, foram criadas então as primeiras escolas normais para moças, de formação de professoras primárias. Estas escolas foram criadas na década de 1830 nas províncias do Rio de Janeiro e Bahia. “As dificuldades enfrentadas pelo curso normal foram numerosas; desde a inexistência da prática do ensino, até a falta de professores qualificados, especialmente para as cadeiras didáticas” (Piletti, 1994, p. 42)

Como se pode observar, o descaso pelo ensino primário e o ensino normal era tão grande, que a primeira escola normal surgiu em 1830, sendo regulamentada somente em 1946 pelo então governo do estado novo de Getúlio Vargas.

...“desde o Império, os governos não cuidavam de legislar sobre o curso primário. Antes do decreto de 1946, tal ensino estava sob os cuidados dos estados e, portanto, sujeitos à vicissitude da falta de recursos da maioria dessas administrações, com exceção da rede particular, nas mãos de ordens religiosas, o ensino primário estava em completo abandono na maioria dos estados”. (Ghiraldelli, 1991, p. 25)

No começo, as escolas normais ficaram vazias, sendo posteriormente ocupadas por moças de uma classe social favorecida, que procuravam não pelo interesse pelo magistério, mas como meio de aumentar o grau de escolaridade.

“A sociedade reagiria, negativamente, ao recrutamento da mulher, avaliando, inclusive, as primeiras normalistas como pessoas de moral duvidosa, o que se entende, pois as primeiras escolas normais eram destinadas às camadas pouco privilegiadas que, àquela época, ainda não viam na educação um mecanismo de ascensão social”. (Novaes, 1984, p. 21)

A constituição da República de 1891 delega aos estados competência para prover e legislar sobre a educação primária, o que antes era competência das províncias

2.2.2 Reformas na Escola

O final do Séc. XVIII foi marcado por grandes transformações, tanto políticas, como sociais. No campo político, ocorreu a transição do Império em República. O desenvolvimento da lavoura cafeeira, associada ao início de um crescimento industrial, que foi marcado pela vinda de redes telegráficas, instalações portuárias, ferrovias e melhoramentos urbanos, fez com que o regime imperialista perdesse força, abrindo caminho para um novo regime político: a República. As mudanças políticas refletiram no campo social, onde o trabalho que não era mais escravo, passa a ser assalariado. O crescimento industrial traz para a cidade um número significativo de pessoas em busca de trabalho nas indústrias, gerando um aumento da população urbana. O crescimento urbano fez

com que aumentassem as necessidades de escolarização desta população que buscava não somente um emprego, mas também uma forma de ascensão social (Romanelli, 1978).

Conforme Patto (1993, p. 58), “apesar das várias reformas educacionais ocorridas no país durante as quatro décadas desse período, as oportunidades de educação escolar às classes populares continuavam muito pequenas”.

O movimento republicano teve sua base formada por: cafeicultores paulistas, uma parcela do exército e por intelectuais representantes das classes médias urbanas. Uma vez conquistada a república, os cafeicultores desbancam o exército e os intelectuais, passando a governar sozinhos e em interesse da agricultura. Por outro lado, os intelectuais que tinham idéias progressistas em relação à educação continuaram a divulgá-las e defendê-las, sem poder colocá-las em prática e torná-las concretas.

Através da necessidade de crescimento, a partir dos anos vinte, o país passa por “uma evolução das idéias pedagógicas ...” (Ghiraldelli, 1991, p. 15) na forma de movimentos ideológicos, que não conseguiram de imediato provocar mudanças significativas no processo escolar brasileiro.

No início dos anos 30, as idéias dos intelectuais ganham força, e estes publicam o “Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova” (Ghiraldelli, 1991, p. 39). Este manifesto, conhecido como da Escola Nova ou Escolanovismo, pode ser considerado como o maior movimento de mudanças dentro do campo da educação, que propunha uma reformulação na política educacional, através de novas pedagogias.

Os intelectuais tinham como objetivo democratizar a escola, para que todos, independentes de classe social, pudessem alcançar uma escolaridade de bom

nível. Lutaram por uma escola aberta tanto para as pessoas ricas como pobres. Foi com suas idéias e lutas que no final dos anos 20 e início dos anos 30, o ensino da rede pública tornou-se realidade, com um crescimento do número de escolas públicas.

Segundo Brandão (1989, p. 87), “A luta pela democratização do ensino resultou na escola pública; no reconhecimento político do direito de estudar para todas as pessoas, através de escolas gratuitas de ensino leigo, oferecido pelo governo”.

Os objetivos dos intelectuais não se restringia somente em oferecer à população o ensino gratuito. Da mesma forma que lutavam por uma escola para todos, buscavam também o reconhecimento e valorização para a classe dos professores, sempre tão desvalorizada. A categoria de professor era até então esquecida pelo governo, como se este profissional não necessitasse de uma preparação profissional mais adequada.

A qualidade do ensino também era necessária. Para se atingir esta qualidade era preciso valorizar a classe dos professores. Desta forma entre as idéias defendidas no manifesto de 1930, estava o curso universitário para todos os professores.

A constituição de 1934, ao fixar o Plano Nacional de Educação, torna obrigatório o curso universitário, inclusive para os professores do ensino primário. O plano visa ainda uma melhor seleção destes profissionais, tornando obrigatório o concurso público para o provimento de cargos do magistério (Piletti, 1994).

O movimento de 30 defendeu novas idéias para o ensino, como a criação do ministério da educação e as mudanças no ensino de segundo grau, entre

outras. Este trabalho se ateve somente às mudanças que refletiram no trabalho dos professores primários.

Após o movimento de 30, que despertou a classe de professores, para novas idéias no campo educacional, surgiram novos movimentos, tais como o movimento da Pedagogia Libertadora, cujo objetivo era a alfabetização de adultos, em função do grande número de analfabetos no país.

Para Ghiraldelli (1991, p. 123), “a pedagogia libertadora era uma pedagogia da conscientização. A educação convencional foi classificada como bancária, ou seja, numa ideologia de opressão”. Há que se observar o grande salto que ocorre neste momento, pois antes era utilizado um método rígido de aprendizado e neste momento o ensino passa a ser feito através da conscientização.

O período da ditadura militar, que vigorou entre 1964 a 1968, conturbou muito o campo educacional. A repressão educacional desmobilizou o magistério através de uma confusa legislação educacional. Mais uma vez os professores se vêem desvalorizados em função da Lei 5.692/71, que tratava de mudanças no ensino de 1º e 2º grau e criava o ensino profissionalizante no 2º grau (Ghiraldelli,1991).

A reforma de 1971 modifica a estrutura do ensino. Unifica o curso primário e o ginásio, passando então a um único curso de 1º grau. As modalidades de profissionalização existentes no antigo ginásio como: comercial, agrícola e normal, desaparecem, para dar lugar ao ensino profissionalizante.

Segundo Ghiraldelli (1991, p. 183), “Tendo transformado todo o 2º grau em profissionalizante acabou desativando também a Escola Normal, transformando o curso de formação de professores de 1ª a 4ª série na “Habilitação Magistério”,

que na prática passou a ser reservada aos alunos que, por suas notas mais baixas, não conseguiam vagas nas outras habilitações que poderiam encaminhar para o 3º grau”. A idéia que se tem é que ser professor seria um castigo por não conseguir um bom desempenho nos estudos.

2.2.3 O Papel do Professor na Escola

A carreira do magistério vem experimentando nas últimas décadas, várias alterações, o que tem ocasionado muitas mudanças nas condições de trabalho dos professores primários, porém não mudaram os meios econômicos para o melhor desempenho das funções docentes. Através de mudanças na legislação, ocorreram mudanças comportamentais e de valorização do professor.

A responsabilidade que recai sobre os professores é muito grande, considerando as condições em que exercem suas atividades docentes. Revendo todo o histórico da educação, chega-se nos dias de hoje com uma profissão que sempre foi relegada a um segundo plano, especialmente o ensino primário.

...“nada seria mais injusto do que responsabilizar somente o magistério pelas falhas da escola pública. O professorado é antes a vítima do que o culpado pelo descalabro da educação, resultante de uma política educacional antipopular que nunca deu aos professores e aos alunos os recursos mínimos indispensáveis para o bom exercício de suas funções”. (Ribeiro, 1984, p. .96)

Nos anos 30, quando os jovens intelectuais levantaram suas bandeiras em defesa da democratização do ensino, muitas conquistas foram alcançadas. Porém, alguns legados ficaram; como a responsabilidade do estado em educar

as crianças. Esta responsabilidade ficou a cargo dos professores, que além de ensinar passam também a educar, função que antes era da família.

“Embora colocando a escola como sucedânea da família, o Manifesto não atribuía poderes ilimitados à primeira; pelo contrário reconhecia “insuficiência social, cada vez maior, das instituições educacionais”, fenômeno explicável diante da grande complexidade e diversidade do mundo que cerca a escola e consubstancia a constante mudança social”. (Cunha, 1997, p. 48)

Em meio a tantos conflitos e dificuldades existentes nesta atividade, aumenta-se a responsabilidade destes profissionais em atribuir mais uma função ao seu trabalho, ao sobrecarregar suas atividades com funções familiares que é a educação.

2.3 Ergonomia

O estudo sobre a ciência ergonômica, através de dados oficiais, foi iniciada na Inglaterra em 1949, sendo fundada a primeira “Ergonomis Reserch Society” pelo inglês Murrel, “que congregava psicólogos, fisiologistas e engenheiros ingleses” (Laville 1977, p. 1).

De acordo com Lida (1990) e Laville (1977), a ergonomia vem sendo usada desde os tempos mais remotos. Em eras primórdias, quando a trabalho era artesanal, o homem em suas atividades laborais já procurava a melhor maneira de utilizar os mais rudes instrumentos de trabalho, conforme a sua capacidade e condição física. Com o desenvolvimento das civilizações e da tecnologia, novas

máquinas foram criadas, substituindo o trabalho artesanal pelo trabalho industrial. O trabalho passou a ser mais ágil aumentando a produção e os lucros dos industriais. A industrialização, tendo sido benéfica para os donos de capital, tornou-se extremamente prejudicial para a saúde dos trabalhadores, que ficaram sujeitos a um trabalho, que poderia ser considerado escravo, pois as jornadas de trabalho atingiam 12, 14 ou mesmo 16 horas por dia, em ambientes sujos, barulhentos e com o agravante de trabalharem com máquinas perigosas. Este período foi de grande sofrimento para o homem que trabalhava nas indústrias, pois o sistema capitalista predominante ignorava o ser humano relegando-o ao sofrimento e desprezo.

No final do século XVIII, o movimento da Administração Científica começou a estudar a melhor forma de executar as tarefas. Taylor, o pai da Administração Científica, defendia a tese de que, para cada tarefa existia uma maneira e tempo mais adequado para executá-la.

Segundo Chiavenato, (apud Santos e Fialho, 1995), os princípios básicos da organização do trabalho são: administração com ciência; divisão do trabalho e especialização do operário; estudo da fadiga humana; análise do trabalho – estudo de tempos e movimentos -; concepção de cargos e tarefas; incentivos salariais e prêmios de produção; conceitos de homem econômico; condição de trabalho; padronização e supervisão funcional.

Entende-se que o princípio mais característico da organização taylorista é a divisão do trabalho, o qual explicitava uma equipe que planeja e detém o conhecimento, e outra, que somente executa as tarefas, sem a oportunidade de participar do processo como um todo. Esta divisão técnica do trabalho pode limitar a criatividade do ser humano, pois neste modelo, o homem é tratado como

instrumento de produção, tornando-se alienado e insatisfeito no trabalho. Através do estudo de tempos e movimentos aumentava-se a produtividade. Taylor (apud, lida, 1990 p. 5), “atribuía a baixa produtividade à tendência de vadiagem dos trabalhadores, e os acidentes de trabalho à negligência dos mesmos”

De acordo com Wisner (1994 p. 87), “A ergonomia nasceu da necessidade de responder a questões importantes levantadas por situações de trabalho insatisfatórias”.

A partir do movimento Taylorista, começaram então a surgir estudos na área fisiológica do trabalho. Os primeiros estudos de adaptação do trabalho ao homem foram utilizados na 1ª guerra com o intuito de aumentar a produtividade nas indústrias bélicas. Já na IIª guerra foi utilizada para adaptar instrumentos, como o submarino, aviões e tanques de guerra às condições físicas, psíquicas e emocionais dos homens, que trabalhavam com estes aparelhos.

Esta fase inicial da ergonomia caracterizou-se por uma preocupação maior com os postos de trabalho propriamente ditos: concepção dos móveis, e com o projeto dos espaços de trabalho. Constitui-se em uma ergonomia mais física (Montmollim. 1990 p. 21). Atualmente, trabalha-se em um campo maior de atividades, incluindo a parte cognitiva do trabalho, que almeja avaliar e considerar a carga mental exigida para o desempenho de determinadas atividades e o grau de sofrimento psíquico a que se submete o ser humano no trabalho. Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre a história individual, portadora de projetos, de esperanças de desejos e uma organização do trabalho que os ignora (Dejours, 1992). É preciso entender que não há uma divisão, *in locu*, desses momentos históricos evolutivos da ergonomia.

De acordo com colocações anteriores, o trabalho nas fábricas exigia dos trabalhadores grande esforço físico, tornando-se um trabalho exaustivo, prejudicando sobremaneira a saúde física dos trabalhadores. Por este motivo,

os primeiros estudos e pesquisas ergonômicas, foram voltados principalmente aos aspectos físicos das atividades desenvolvidas na indústria, como meio de adequar a máquina ao homem, amenizando o sofrimento e diminuindo os acidentes com as máquinas. Com o advento da industrialização, uma grande massa da população rural migrou para as cidades, em busca de emprego e uma melhoria social. Os centros urbanos cresceram, surgindo outras áreas de trabalho, além da indústria, como: o comércio, a saúde, a educação, escritórios, bancos, áreas de lazer, entre outras.

Mesmo não exigindo esforço físico tão pesado como o das indústrias, estas atividades também exigem de seus trabalhadores outras formas de esforços que os levam ao desgaste, e que podem ser prejudiciais à sua saúde. O desenvolvimento de novas atividades como o trabalho de escritórios, educação, telefonia, fez com que pesquisadores passassem a desenvolver estudos e pesquisas ergonômicas, nestas áreas que até então se mostravam carentes e necessitadas de uma adaptação destes novos trabalhos ao homem.

Os estudos ergonômicos são utilizados a partir dos objetivos da empresa. Conforme o tipo de atividade, o universo de trabalhadores e a partir do resultado que se espera alcançar é que se desenvolvem os estudos da forma mais adequada para atingir seus objetivos, de preservar a saúde do trabalhador. Visando atingir tal objetivo, a ergonomia utiliza uma metodologia chamada Análise Ergonômica do Trabalho, que segundo Santos & Fialho (1995),

compreende três etapas: a primeira é a análise da demanda; a Segunda fase contempla a análise da tarefa e finalmente a análise das atividades.

A análise da demanda, segundo Santos & Fialho (1995), é a definição do problema a ser analisado, a partir de uma negociação com os diversos atores sociais envolvidos.

Análise da tarefa os mesmos autores citados definem como sendo a atividade que o trabalhador deve realizar e as condições ambientais, técnicas e organizações desta realização.

Finalmente, a análise das atividades representa o que realmente o trabalhador realiza para executar a tarefa e compreende desta forma, a análise do comportamento do homem no trabalho (Santos & Fialho, 1995)

Em cada uma destas três fases é estabelecido um ciclo de coleta de dados, análise e formulação de hipóteses, com a possibilidade de retorno e reformulação, se necessário, permitindo que os resultados obtidos, em cada etapa, sejam globalizados no final da intervenção.

Montmollim (1992) coloca que a análise ergonômica do trabalho permite não somente categorizar as atividades dos trabalhadores, como também estabelecer a narração dessas atividades, permitindo, conseqüentemente, modificar o trabalho ao modificar a tarefa. O fato da análise ser realizada no próprio local de trabalho, em oposição às análises de laboratório, permite a apreensão dos fatores que caracterizam uma situação de trabalho real, envolvendo aspectos como organização do trabalho e relações sociais.

É com base na abordagem social que será desenvolvido este trabalho, especialmente na área da educação, adequando-o sob os diversos aspectos da ergonomia.

2.3.1 Contextualização do Trabalho de Professor

Dentro do conceito de trabalho, desenvolve-se o sistema capitalista que é o mais forte e predominante; e o sistema social, do qual o capitalismo utiliza-se e influencia.

Conforme Codo (1993, p. 118), “O trabalho dentro do sistema capitalista é considerado produtivo na medida em que produz capital, entra no circuito de produção de mercadorias, realiza mais valia, entra em circulação”. Este é o trabalho visível, pois o resultado são mercadorias para comercializar, e gerar lucro. No trabalho industrial, - considerando-se o trabalho mais rudimentar, “no chão de fábrica”- a força física é quem predomina, pois o homem não raciocina nem trabalha com o cognitivo, uma vez que o seu trabalho se restringe a operar máquinas, de forma repetitiva, ou levantar e carregar peças.

Com o desenvolvimento da tecnologia, as fábricas vêm adquirindo um outro aspecto, tornando as atividades industriais mais leves e mais exigentes sob o aspecto cognitivo para o homem.

“Por trabalho se entende a atividade racional do homem mediante a qual modifica os objetos da natureza de modo que estes possam satisfazer suas necessidades. Em todo processo de trabalho o homem gasta energia física, nervosa e intelectual, tendo como resultado a criação de produtos úteis” (Sávchenko, 1987,p. 8).

Este conceito mais recente e moderno demonstra uma preocupação com as necessidades do homem produtivo.

Com o desenvolvimento da tecnologia na indústria, a massa trabalhadora se vê carente não somente de alfabetização, como também necessita elevar o

nível de conhecimentos para operar as novas máquinas e reivindicar seus direitos. Neste momento, surge a necessidade dos conhecimentos intelectuais e educacionais. A busca pela escola e pelo aprendizado faz surgir uma outra raiz do trabalho. O trabalho educacional (intelectual).

O sistema educacional tem um duplo sentido, quanto à sua característica. Pois de um lado, segue toda uma burocracia de um sistema capitalista, por outro não produz o bem material - visível e palpável - exigência do capitalismo para produção da mais-valia. O produto final produzido pela educação é o aprendizado do aluno. O resultado deste trabalho está interiorizado no aluno e é utilizado no mercado de trabalho, sob a forma de mão-de-obra mais qualificada.

Conforme Pessanha (1994, p. 23), “as considerações a respeito das formas históricas de trabalho e das relações sociais que elas geraram tinham como objetivo estabelecer um referencial para caracterizar o tipo de trabalho executado pelo professor”. O trabalho do professor é diferente dos demais trabalhadores. Existe uma certa especificidade em sua atividade que o torna distante e ao mesmo tempo próximo do capitalismo. Quando se diz que está distante é porque não produz o bem material comercializável. O produto final da educação é a mão-de-obra qualificada, que vai produzir a mercadoria para a comercialização. Entretanto, está próximo, quando a sua condição de trabalho é praticamente igual a do sistema capitalista: baixos salários, ampla jornada de trabalho e ambientes pouco adequados.

“O processo de trabalho docente é um processo de trabalho capitalista, não porque isto resulte de sua natureza, mas porque a ocupação docente apresenta algumas características comuns com o trabalho assalariado diretamente produtivo” (Silva 1992, p. 178).

Novaes (1984, p. 117) é mais enfática quando afirma que, “como qualquer mercadoria, a educação para ser produzida necessita de meios de trabalho e demais condições materiais, e do trabalhador, aquele que emprega a sua força de trabalho na produção”.

Codo (1999, p. 45) faz a seguinte colocação em relação ao trabalho do professor:

“Mas e o professor? Qual é o produto do professor? O marceneiro transforma ao outro, os outros, a sociedade, através da mesa. O professor transforma o outro através do outro mesmo, sem mediações. O seu produto é o aluno educado, é a mudança social na sua expressão mais imediata”

É o trabalho do professor que produz a mão-de-obra que vai operar as máquinas cada vez mais desenvolvidas e sofisticadas. Seguindo por esta linha de raciocínio não se pode negar que a educação também produz a mais-valia, na forma de uma mão-de-obra mais qualificada.

O sistema burocrático da organização do trabalho desempenha um forte papel dentro da entidade educacional. Ao entrar em uma escola, pode-se observar uma verdadeira indústria em funcionamento, em um ritmo alucinante e coordenado. Cada pessoa tem uma função determinada dentro desta engrenagem e tem que desenvolver o seu papel para a indústria não parar. “O professor pode ser considerado como parte das condições de funcionamento da escola, e estudado, enquanto resultado da ação de fatores identificáveis externamente” (Mello, 1995, p. 35).

A partir de mudanças de paradigmas, surgiram novas maneiras de gerenciar pessoas, que difere da forma antiga de administrar. Há uma tendência em se enfatizar os valores que conduzam ao aprimoramento da qualidade dos produtos,

serviços, relacionamentos. Deve-se ressaltar que estas mudanças favorecem uma melhora na qualidade de vida no trabalho, uma vez que promove uma maior satisfação do trabalhador.

2.3.2 A Influência do Trabalho na Saúde

Ao estudar o pedagogo como categoria profissional, observam-se indicativos interessantes a respeito. De acordo com dados colhidos junto à Gerência de Saúde do Servidor em Santa Catarina, - tabela 3 – Incidência de doenças que provocaram licenças de saúde - ansiedade e depressão são sintomas que afligem, freqüentemente, a maior parte dos docentes, que apresentam algum distúrbio biológico ou psíquico. Observa-se na literatura existente, como Mendes (1995) e Dejours (1988), um indicativo da relação entre a atividade desenvolvida e os sintomas, que o trabalhador normalmente apresenta ao desempenhar determinada atividade.

A organização do trabalho, quando determina o conteúdo da tarefa, elabora modos operatórios através da divisão do trabalho, de forma rígida, visando melhor desempenho da atividade (Dejours, 1988). Este modo operatório não se aplica à atividade docente, pois o trabalho diário é mutável. Na vida diária, ocorrem situações dentro de uma sala de aula que são imprevisíveis.

Conforme (Dejours, 1988, p. 127) “Quando se ocupa de uma tarefa, o trabalhador, espontaneamente, procura arrumá-la numa ordem, numa seqüência de gestos, escolhendo os instrumentos adequados, enfim, executando de certa maneira uma organização de trabalho de compromisso”.

O mesmo ocorre com os professores que no início do ano letivo recebem uma turma nova, diferente de todas as outras em que já trabalharam. Estes estudam o comportamento, a capacidade de seus alunos, para desenvolver o seu trabalho da forma mais adequada a esta nova turma. A este comportamento de ajustamento de vida diária, dá-se o nome de “manejo de classe”, (Codo, 1999, p. 53) ou seja, a sua forma de organizar o trabalho. A atividade docente exige uma forma diferenciada de organização do trabalho, os professores ajustam suas rotinas de trabalho da forma que lhes parece mais adequada, embora receba da Secretaria de Educação um conteúdo a ser desenvolvido, independente da capacidade da turma em que está trabalhando acompanhar ou não.

Pesquisas realizadas em uma indústria eletrônica, conforme Dejours (1988, p. 120), comprovam que quanto mais rígida for a atividade, mais a vida mental dos trabalhadores é afetada, desorganizando o sistema defensivo do organismo, favorecendo o aparecimento de doenças.

Fatores externos estimulam o organismo de forma insatisfatória, gerando o estresse, e, com o passar do tempo, o aparecimento de doenças somáticas. Segundo Dejours (1988, p.128) , “A organização do trabalho é causa de uma fragilização somática, na medida em que ela pode bloquear o esforço do trabalhador para adequar o modo operatório às necessidades de sua estrutura mental”.

Para Wisner (1997, p. 38), “os principais aspectos do custo humano do trabalho são as doenças profissionais e as doenças ligadas ao trabalho, os acidentes, o desgaste e a fadiga, o sofrimento e o desinteresse”.

As doenças profissionais são aquelas reconhecidas pela legislação, ou conforme Mendes (1995, p. 193) “doenças específicas, cuja causa é diretamente

identificável num dos fatores do ambiente de trabalho”. Como exemplo, Oddone et al (1986, p. 22) considera as substâncias nocivas tradicionais; sílica amianto, chumbo, benzeno etc. que provocam doenças como a silicose, anemia e diminuição progressiva de glóbulos vermelhos causados pela inalação de gás benzeno. A estas são dadas tratamento e amparo pela previdência social. Porém, há uma gama de doenças que estão fora desta relação, mas presente no cotidiano do trabalhador.

Na atividade pedagógica, dificilmente ocorrem acidentes de trabalho, pela sua própria característica. Por outro lado, os professores são acometidos por outras doenças que se manifestam no decorrer dos anos de trabalho. Como trata Mendes (1995, p. 193), as doenças inespecíficas, “conjunto de doenças físicas e psíquicas não diretamente associáveis a uma causa determinada, mas atribuíveis, ao menos em parte, a um ou mais fatores do ambiente de trabalho”.

Neste ambiente de trabalho, pode-se considerar que fatores como ruído, ritmo de trabalho, dentre outros, determinam o desgaste físico e mental do trabalhador, interferindo diretamente no seu desempenho profissional, podendo comprometer conseqüentemente sua produtividade.

2.3.3 Saúde e Trabalho dos Professores

Quando pensamos em saúde, imaginamos um corpo e uma mente saudáveis, ou a ausência de dores e moléstias. O trabalhador, em seu dia a dia, recebe estímulos e vivencia várias situações, que podem vir a causar danos à sua saúde física e mental. Pode-se considerar que o corpo físico, quando acometido pela doença, tem várias formas de manifestar a alteração do

organismo, e que podem ser visíveis ou apresentar-se de forma indireta. Ela é visível, quando se apresenta sob a forma de cansaço, dor de cabeça, excesso ou perda de sono, irritabilidade, febre entre outros. A forma indireta, conforme (França & Rodrigues, 1996) seriam os subterfúgios, como o uso de álcool, o absenteísmo, o uso de remédios e as drogas.

Dentre as doenças desenvolvidas no meio docente, prepondera a fadiga crônica.

Conforme Lida (1990, p. 285) “a fadiga crônica é caracterizada por fastio, aborrecimento, falta de iniciativa e aumento progressivo da ansiedade. Com o tempo, pode causar doenças como úlceras, doenças mentais e cardíacas”.

De acordo com Mendes, (1995, p. 193), não está associada a uma causa determinada, mas a vários fatores do ambiente de trabalho, causando doenças somáticas como: distúrbios digestivos, úlceras nervosas, artroses, podendo chegar até a hipertensão.

Codo (1951, p. 243) afirma que, “no século XX a fadiga passa a ser entendida como resposta genérica ao estresse, totalizante, envolvendo ritmo, extensão, controle e saber, não aliviada por repouso ou sono”.

A fadiga fisiológica resultante do esgotamento das reservas de energia, e desde que não ultrapasse determinados limites é reversível e se recupera com o repouso diário. Entretanto, quando se torna crônica, os efeitos do sono e do repouso já não fazem efeito.

A fadiga resultante de um trabalho descontinuado, relacionado com a intensidade e duração do trabalho físico e intelectual, em temperatura pouco adequada, conforme Faverge (1961 p. 180), e com excesso de ruído de acordo

com Faverge et al (1961), resulta na fadiga, na queda de produção, desânimo, aumento do índice de erro, e perda da sensibilidade.

“Experiências e estudos realizados com populações submetidas a cargas elevadas de trabalho mental demonstram que esse estado provoca dificuldades na execução do trabalho, além de outras perturbações; alteração de caráter, agressividade, irritabilidade, perturbação do sono, hipersensibilidade a estímulos e perturbações da atividade mental” (Laville, 1977 p. 48)

Há uma certa tendência em confundir estresse e fadiga. França & Rodrigues, (1997, p. 21) colocam que o estresse seria uma reação do organismo, seja do mundo interno, ou externo, quando submetido a estímulos que ameace o equilíbrio orgânico. “Em essência, o que temos é um estímulo sobre o organismo, o estressor, que desencadeia uma resposta que é o stress”. Como fatores externos atribui-se o frio, o calor, o trabalho ou o ambiente social. Como fatores internos seriam os pensamentos, sentimentos, emoções, e fantasias.

“...uma relação particular entre uma pessoa, seu ambiente e as circunstâncias às quais está submetido, que é avaliada pela pessoa como uma ameaça ou algo que exige dela mais que suas próprias habilidades ou recursos e que põe em perigo o seu bem-estar” (França & Rodrigues, 1996, p.21)

A definição dada por França & Rodrigues para o estresse permite analisar o ambiente de trabalho, no qual estão inseridos os professores, como sendo um ambiente que apresenta vários fatores, como capacidade no desempenho da função, o ritmo do trabalho, a duração da jornada, entre outros, que podem vir a ser prejudiciais à sua saúde e ao equilíbrio psicológico.

2.4 Conclusão

A educação é uma das formas de convívio social, portanto necessária a todo ser humano. É o meio que se utiliza para comunicar e conviver com outras pessoas, como também é um dos caminhos de aprendizagem e ascensão num meio social.

Uma das razões do surgimento das escolas foi a necessidade de acompanhar o crescimento no meio social ao qual o indivíduo está inserido, locais apropriados para aprender a ler e contar.

O ensino base, no Brasil, ficou muito prejudicado pela falta de interesse dos governantes que não se interessaram pelo crescimento cultural do “povo”. Não se preocuparam em construir escolas públicas, cursos de formação para professores, nem legislações adequadas ao ensino. Só se aperceberam da falta de escolaridade, quando o crescimento industrial exigiu mão de obra qualificada e não teve retorno da população que se encontrava analfabeta.

Com o fim da escravidão, a transição de Império para República associada ao começo do crescimento industrial, trouxe a reboque a necessidade de melhorias no campo da educação. Os primeiros movimentos de intelectuais fizeram surgir as primeiras reformas educacionais com novas pedagogias. O resultado destes movimentos foram as primeiras escolas públicas, criação do curso de pedagogia para formação de professores, valorizando desta forma esta categoria. As mudanças, ocorridas no início do Século XX, foram benéficas para o desenvolvimento no campo educacional.

O crescimento e a valorização da educação vigorou entre os anos trinta até os anos sessenta. Novas pedagogias foram criadas, foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, criou-se o Ministério da Educação, os concursos para o provimento de vagas, enfim foi um salto que deu ao professor valor e dignidade na sua profissão. A partir de 1964, com a ditadura Militar, a perseguição a esta categoria trouxe muito prejuízo para a educação. A reforma criada nesta época não só trouxe prejuízo como também desvalorizou o trabalho dos professores, pondo fim à Escola Normal (formação de professores), além de criar novas responsabilidades como a educação dos alunos.

As mudanças ocorridas, principalmente a partir de 1971, trouxe para esta categoria, sofrimento pela desvalorização e sobrecarga em seu trabalho, o que se fez necessário buscar alternativas para amenizar este sofrimento.

A sobrecarga existente, - educar e ensinar - própria desta atividade de trabalho, exige muito deste profissional tanto um certo esforço físico como esforço cognitivo, apresentando um quadro com bastante incidência de estresse, ansiedade e depressão.

A Ergonomia, ciência que estuda a melhor forma de adaptar o trabalho ao homem, foi a ferramenta escolhida para estudar a atividade docente, buscando uma melhor qualidade de vida para esta categoria profissional.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Introdução

A Escola José do Valle Pereira foi escolhida para esta pesquisa, por apresentar um número expressivo de afastamentos – oito afastamentos por mais de quinze dias em um período de um ano e meio - de seus professores para tratamento de saúde, conforme dados colhidos junto à Gerência de Saúde do Servidor em Santa Catarina.

A escola pesquisada possui uma boa estrutura, estando localizada em um bairro servido de boa infra estrutura, e com uma clientela formada de crianças de classe média baixa a pobre. A escola possui uma boa estrutura física, ainda que apresente algumas necessidades em termos de condições de trabalho.

As formas de Organização do Trabalho aparentemente atuam como fontes geradoras de conflitos e insatisfações. O distanciamento salarial entre orientador e professor gera uma certa animosidade entre profissionais dentro da escola. As várias mudanças nos métodos de ensino têm dificultado o trabalho dos professores, pois torna-se necessário freqüente atualização através de cursos e seminários. Os professores têm dificuldades de se manterem atualizados, pois os cursos a que têm acesso são deficientes aos objetivos necessários e os cursos de melhor qualidade são caros e estes não possuem condições de pagar, conforme depoimentos dos professores entrevistados.

O trabalho destes profissionais, especialmente os que lidam com as séries iniciais, exige bastante empenho, pois sua clientela, em sua maioria formada por crianças de poder aquisitivo mais baixo, apresenta algumas carências, como a falta de acompanhamento no lar para fazer as tarefas, não possuem condições

de adquirir livros ou revistas para praticar leitura, diminuindo sobremaneira o desenvolvimento no aprendizado. As dificuldades encontradas para o desempenho do trabalho, a falta de apoio dentro da escola, o sentimento de desamparo, em relação aos pais que não colaboram para o desempenho das crianças, pode conduzir estes professores a apresentar quadros de estresse, fadiga e depressão.

Várias são as causas que levam os professores a adoecer, entre elas pode-se citar: a preocupação com o resultado de seu trabalho, carga excessiva de trabalho e o acúmulo de funções. O estudo de caso mostra que o adoecer e o grau das doenças evoluem com o tempo de exercício no trabalho. Quanto mais tempo de trabalho, mais grave se torna a situação da saúde destes profissionais.

3.2 Seleção da Amostra

Fazem parte da rede municipal de ensino de Florianópolis 32 escolas básicas, e, na impossibilidade de abrangê-las no seu todo, foi selecionada uma escola. A escolha por esta escola se deu, após um levantamento de dados em prontuários da Gerência de Saúde do Servidor em Santa Catarina, e informações prestadas pela gerência de Recursos Humanos da prefeitura municipal de Florianópolis no período de 1998 a julho de 1999.

A tabela apresentada abaixo é o resultado da montagem de informações prestadas pelos dois órgãos acima citados.

O resultado desta pesquisa é o que está apresentado abaixo na tabela 1.

Tabela 1- Universo das escolas básicas da rede municipal de Florianópolis e número de afastamento no ano de 1998 - (continua)

Escolas	Nº de afastamentos	Total de professores.	Localidade
E.B. Acácio G. São Thiago	2	13	Barra da Lagoa
E.B. Albertina Madalena Dias	2	9	Vargem Grande
E.B. Alfredo Rohr	3	6	Córrego Grande
E.B. Almirante Carvalhal	6	19	Coqueiros
E.B. Anísio Teixeira	7	14	Costeira
E.B. Antônio Pascoal Apóstolo	3	9	Rio Vermelho
E.B. Beatriz de Souza Britto	4	17	Pantanal
E.B. Brigadeiro Eduardo Gomes	4	17	Campeche
E.B. Donícia Maria da Costa	3	16	Saco Grande II
E.B. Gentil Mathias Silva	1	12	Inglezes
E.B. Henrique Veras	6	14	Lagoa da Conceição
E.D. João Francisco Garcez	1	6	Canto da Lagoa
E.B. João Gonçalves Pinheiro	1	8	Rio Tavares
E.B. José Amaro Cordeiro	1	6	Morro da Pedras
E.B. Jose do Vale Pereira	8	10	Saco Grande I
E.D. José Jacinto Cardoso	2	6	Serrinha
E.D. Lupécio B. da Silva	1	3	Caieira
E.D. Luis Paulo da Silva	3	6	Inglezes
E.B. Mancio Costa	6	9	Ratones
E.D. Marcolino José de Lima	2	3	Sambaqui
E.B. Natista Pereira	49	12	Alto Ribeirão
E.B. Osmar Cunha	7	18	Canasvieiras
F.D. Osvaldo Galupo	4	7	Morro do Horácio
E.B. Osvaldo Machado	1	11	Ponta das Canas
E.B. Paulo Fontes	2	9	Santo Antônio de Lisboa
E.D. Ponta do Morro	4	9	Vargem do Bom Jesus
(Continuação)			
E.D. Profª Adotiva L. Valentim	5	11	Costeira
E.B. Pres. Castelo Branco	4	16	Armação
E. Reunida Costa de Dentro	1	2	
E.Reun. Intent. Aricomedes da Silva	3	4	
E.I. Sertão do Ribeirão	1	2	Ribeirão da Ilha
E.B. Vitor Miguel de Souza	2	14	Itacorubi
Total	104	318	

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis
1999

O estudo se deu, na Escola Básica José do Valle Pereira, localizada no bairro do Saco Grande I, por ter apresentado o maior número de afastamento por doença, no período estudado. Foram identificados oito afastamentos num universo de dez professores. Ressalta-se que no levantamento estão incluídos os professores substitutos, sendo que seus laudos médicos não apresentaram afastamentos para tratamento de saúde.

Para o desenvolvimento deste estudo de caso, foram escolhidos os professores de 1^a a 4^a série do ensino fundamental (primário) do turno da tarde, que se totalizou em um número de oito professores. Deste universo de oito professores, seis são efetivos (concurados) e obedecem a um regime de 40 horas semanais, trabalhando no turno da manhã e da tarde. E os outros dois são contratados com jornadas de trabalho de vinte horas semanais, trabalhando somente no turno da tarde. Deste universo composto de oito professores, somente participaram do trabalho de entrevista seis professores, os outros dois professores se negaram a participar do trabalho, sendo que um foi observado em seu trabalho em sala de aula, iniciou a entrevista, mas não quis participar do segundo momento da entrevista, esquivando-se, não permitindo o término do trabalho. Os dois professores, que não participaram do estudo de caso, trabalhavam na 4^a série, são efetivos com regime de 40 horas semanais.

3.2.1 O Perfil da Escola

A escola, na qual se desenvolveu o trabalho, fica localizada na ilha de Santa Catarina, no município de Florianópolis.

O bairro Saco Grande I, há alguns anos atrás, era habitado predominantemente por pescadores. Desta forma a demanda da escola era bem alta. Hoje, o padrão do bairro está mudando, tornando-se um bairro elitizado, onde população mais humilde, seus antigos moradores estão se mudando para outros bairros. Desta forma a demanda diminuiu, pois as novas famílias mandam seus filhos para escolas particulares. A escola segue recebendo os filhos dos antigos moradores, como também atende aos moradores dos bairros vizinhos como, Saco Grande II, Monte Verde, Cacupé, Santo Antônio de Lisboa e Agronômica.

Pela área física da escola, pode-se considerar uma escola de porte médio. Ao entrar na escola, uma porta de vidro à esquerda dá acesso à parte administrativa. Neste conglomerado fica: uma sala para as duas orientadoras. Atravessando um pequeno corredor há uma área de uns 20 m² contornada com bancos de alvenaria, local onde os professores colocam os alunos para “pensar” (castigo). Ao lado, fica a sala da diretora, uma pequena sala de vídeo, a secretaria, dois banheiros e a sala dos professores. Entre a sala dos professores e a biblioteca, existe uma área aberta, onde as crianças menores brincam na hora do recreio, causando muito barulho na sala dos professores.

Seguindo à direita da entrada da escola fica o restante da unidade escolar distribuído da seguinte maneira: um corredor que dá acesso à biblioteca, ao lado da biblioteca uma sala de aula; em frente à sala de aula fica a cozinha. Em um pátio grande estão distribuídas as demais salas de aula em forma de círculo, entre algumas salas distribuem banheiros para os alunos. No meio deste grande círculo fica o pátio para as crianças brincarem na hora do recreio ou para

qualquer outra atividade pertinente. Nos fundos da escola, estão duas quadras para a Educação Física.

As salas não são de tamanho uniforme. São bem ventiladas, pois todas possuem janelões de vidro. As janelas ficam a uma altura de aproximadamente um metro do chão, desta forma há uma visão do exterior da sala, (isto faz com que as crianças se distraiam com as outras que estão do outro lado, fazendo a prática de Educação Física, quando não são as da Educação Física que vêm conversar pela janela com as que estão em aula). Algumas salas têm cortinas, mas tão velhas e rasgadas que pouco ou nada protegem dos raios solares.

Nenhuma sala possui mesa para o professor. Utilizam uma carteira do aluno que é pequena e desconfortável.

As carteiras possuem a base de ferro e o atrito dos pés no piso de cerâmica provocam um barulho extremamente cansativo e irritante, (os professores reclamam que por várias vezes já pediram para colocar borracha nas carteiras para diminuir o barulho, mas não foram atendidos).

Freire (1997, p. 50) defende a “pedagogia na materialidade do espaço” e considera que não se pode cobrar das crianças o respeito pelas carteiras e paredes escolares, quando o espaço que as abriga não apresenta no todo condições adequadas.

O horário de funcionamento da escola é das 7:45 às 21:30 horas, distribuídos da seguinte forma: de 7:45 às 11:45; das 13:00 às 17:00 horas e das 19:00 às 21:30. Os períodos matutino e vespertino são reservados ao ensino fundamental, que vai da 1ª a 8ª série e o noturno, que iniciou neste ano, (1999) ficou reservado para alfabetização de adultos.

Anualmente, são oferecidas 700 vagas, nas diversas turmas, distribuídas da seguinte maneira: classe especial, uma turma; 1ª série: três turmas; 2ª série: três turmas; 3ª série três turmas; 4ª série: quatro turmas.

A classe especial é uma turma que reúne alunos que não conseguem desenvolver o aprendizado com os demais da turma normal. Repetem por várias vezes uma mesma série. Então se formou esta turma para corrigir a defasagem idade X série, conforme esclarecimento da diretora. É um projeto que foi criado para durar somente dois anos, correspondente ao período de 1999 e 2000.

Das 700 vagas oferecidas, normalmente tem-se matriculado uma média de 530 alunos, justificada pela mudança do padrão social do bairro.

Há três anos atrás, 1996, o governo criou o programa “escola para todos”. Este programa prevê que toda criança tem que estar na escola, inclusive os deficientes. Por este caminho, a escola recebe alunos cegos e surdos-mudos, independente se no quadro de professores existe ou não professor habilitado para educação especial. A criança deficiente requer atenção e cuidados especiais, o que não acontece na escola pesquisada, pois os alunos com deficiência estão na mesma turma com os demais alunos e com professores habilitados para séries iniciais.

3.2.2 A Atividade Docente em Relação aos Alunos e à Escola

As diversas formas de organização do trabalho criam estruturas dentro da entidade, de forma a identificar o papel de cada participante dentro do sistema. A unidade escolar, de acordo com as colocações anteriores, embora de forma

diferenciada, é considerada um trabalho proletário (Novaes, 1984). Nas conversas em que se manteve com os professores, foi questionado como era a forma de divisão de trabalho na escola. Observou-se que alguns têm a noção exata desta divisão de funções dentro da escola. E manifestam demonstrando certo desagrado. O professor “D” mostra sua insatisfação respondendo o seguinte:

“Uns trabalham demais e outros de menos”

Os professores, que estão em processo de substituição, não identificam uma divisão das funções, outro somente reconhece o seu lugar e responde:

“Bem definido. Professor em sala de aula” - professor “A”

A divisão de funções dentro do sistema educacional gera conflitos e revoltas, isto porque o período de formação educacional é o mesmo para professores, supervisores e orientador, - quando formados a nível superior. Ainda existem professores com formação de nível médio, o que os coloca em uma posição salarial inferior aos demais - porém uma política governamental (em Santa Catarina), separa as funções de supervisor e orientador, com uma “gratificação”, tornando o salários dos orientadores e supervisores um pouco mais elevado em relação ao do professor.

Necessário se faz abrir um parêntese para melhor entendimento da posição em que se encontra o professor dentro da escola. Embora o manifesto de 1930 tenha pleiteado a formação superior para o professor primário, este continuou sua formação a nível médio. Recentemente, há cinco anos atrás, tornou-se obrigatório a formação acadêmica através do curso de Pedagogia para o professor primário.

O curso de Pedagogia tem duração de quatro anos (oito fases) . Da primeira à sexta fase todos se tornam professores do ensino fundamental de 1ª à 4ª série (primário). A partir da sexta fase, cada professor tem que fazer uma habilitação em uma das opções oferecidas pela universidade, e que pode ser: orientador, supervisor, educação especial, ou educação infantil. As habilitações apresentadas neste trabalho são as oferecidas pela Universidade Federal de Santa Catarina, e que podem ser diferentes em outros estados ou universidades.

Concluindo o tempo de formação, que é igual para todos, direcionando a área de atuação através da habilitação, todos se tornam professores primários com habilitação em uma das áreas oferecidas pela universidade.

Partindo do pressuposto que todos são formados em pedagogia, apesar de ter habilitações específicas, entendem que a remuneração deveria ser a mesma, não ocorrendo diferenças salariais, porém não é o que ocorre na prática, em função da política do governo, que favorece o supervisor e o orientador com uma gratificação de função, gerando insatisfações entre os professores. As insatisfações são fáceis de identificar nos diálogos entre eles, como manifestou o professor “B” ao se referir ao trabalho dos orientadores:

“Nem sei porque elas estão ali, mais me cobram do que ajudam. Quando mando um aluno para lá, elas mandam um bilhete para os pais, mas não cobram do aluno uma resposta dos pais, o aluno sabe que elas não vão buscar a resposta nem ligam mais”

Ao fazer esta observação, o professor demonstra que o trabalho do orientador é um trabalho menos desgastante que o seu.

Novaes (1984, p. 20) desaprova a divisão do trabalho na escola, porque, além da desintegração que gera, ela coloca o professor num papel de operário,

conforme descreve, “tudo leva a crer que o grande papel reservado para os professores, na atual estrutura do sistema de ensino, é obedecer e executar ordens que lhes são transmitidas”.

A situação de receber ordens faz com que as pessoas se acomodem e não busquem mudanças e crescimento.

É transparente esta situação, quando se observa o comportamento de alguns professores, até mesmo quando comentam a respeito de seu trabalho. Questionado como vê o seu trabalho, o professor “A” responde:

“Às vezes, sou um pouco comodista. Pelo fato de saber que não vou poder mudar, que pouco ou nada posso fazer para mudar a atual situação de aprendizado, então me acomodo”

Cabe ao professor, então, o espaço restrito da sala de aula, onde ele terá autonomia e poder. “A tarefa específica do professor é a de educar. É na sala de aula que o professor pode realizar-se plenamente com autonomia sua missão ” (Piletti, 1994, p. 166). Mesmo sofrendo as interferências externas, através de currículos prontos, programas fragmentados em graus, cursos e disciplinas, ele sabe que ali é o espaço dele e que ninguém poderá interferir.

Outra dificuldade encontrada pelos professores é em relação ao método de ensino. A partir de 1930, com o movimento escolanovismo que vigorou até os anos 70 se discute muito os métodos de ensino. De um lado a escola tradicional onde o ensino era centrado no mestre, e muda com a escola nova, passando o ensino a ser centrado no aluno. Qual a diferença de uma para outra e qual a influência no trabalho dos professores?

Na escola tradicional, o ensino era rígido e autoritário, o professor dominava. Já a escola nova trabalha com o desenvolvimento das capacidades individuais do aluno, buscando desenvolver o lado crítico da criança.

Os professores entrevistados percebem que tudo mudou; a educação, a escola, os pais, os alunos, mas mesmo assim querem de volta algumas características do passado, pois acreditam que o nível de aprendizado era melhor. Eles buscam, da melhor forma, conjugar as duas escolas para o melhor desempenho de suas atividades: “A escola nova se preocupa muito mais com a metodologia da aprendizagem e muitíssimo menos com o conteúdo” (Di Giorgi, 1982, p. 47).

Quando se pede que façam uma comparação entre o ensino que vivenciaram e o ensino atual, e questionados se melhorou ou piorou, eles são unânimes em afirmar que piorou, em termos de conteúdo, porém ficou mais humanizado. O professor hoje está mais próximo ao aluno.

O professor “C” considera que: *“as crianças hoje estão mais críticas. E que o ensino cai no tradicional, porque o próprio sistema ainda exige o ensino antigo; ou seja, para prestar o concurso vestibular, o ensino ainda está centrado na decoreba, nem sempre passa quem sabe”*.

A preocupação deste professor, ao despertar o lado crítico da criança, é para que esta tenha uma visão mais ampla do mundo, e não aceite as coisas prontas. “... que aprenda a selecionar o que é relevante, a investigar, a questionar e pesquisar”. (Prado in Velloso, 1999, p. 122)

Os professores consideram que o ensino tradicional pela rigidez tornava o professor frio e distante do aluno. E que este comportamento era prejudicial para a criança .

Freire (1977, p. 47) faz o seguinte comentário a respeito deste comportamento distante do professor: “às vezes, mal se imagina o que pode passar a representar na vida de um aluno um simples gesto do professor. O que pode um gesto aparentemente insignificante valer como força formadora”.

O professor “A”, responde quase em tom de desabafo:

“Ah! Melhorou muito. No meu tempo de estudante, a professora nunca sentou perto de mim para ensinar. Hoje eu sento perto do aluno e o ajudo. Não existe mais agressão física como antigamente. Agora em termos de conteúdo ..., piorou muito. Hoje não se aprende 1/3 do que se aprendia antigamente”.

Outro considera que centrar o ensino no aluno prejudicou em muito o trabalho dos professores, pois hoje nem os alunos nem os pais respeitam mais os professores.

Professor “D”: *“Eles conhecem seus direitos, mas não sabem os deveres, há muita falta de respeito. Hoje o professor está consciente que ele não é o detentor do saber, existe a liberdade de expressão. A culpa desta liberdade sem limites é do estatuto do menor e do adolescente que abriu a liberdade para a criança, mas não determinou os deveres”.*

Mas ele considera que esta liberdade tem um lado positivo, quando afirma:

“O aluno tem mais liberdade de participação, a gente tenta buscar isso, antigamente a gente tinha que decorar tudo”

Percebe-se, assim, a importância do papel do educador. A tarefa docente não é apenas ensinar os conteúdos, mas também desenvolver o lado crítico da criança. O professor deve conscientizar a criança a valorizar o conhecimento, a dar valor aos bens culturais, a selecionar o que verdadeiramente é importante e questionar, não aceitar somente as coisas prontas.

O professor “B” considera que o novo sistema torna o ensino desinteressante, pois a criança recebe tudo pronto, ela não busca o crescimento, e faz a seguinte colocação:

“O ensino piorou. Eu vejo muita defasagem. No ensino tradicional a gente aprendia mesmo. No método lúdico, as crianças fazem mais algazarra que aprendem. Aprendem... mas muito pouco”.

Na fala dos professores participantes deste estudo de caso, está sempre presente a preocupação com o desempenho de seus alunos. A responsabilidade de formar crianças com um bom desempenho de aprendizagem, para o mercado de trabalho é muito grande. Exige-se desta forma um grande empenho da atividade docente, e na maioria das vezes a escola não dispõe de material adequado para preparação de uma aula mais rica em conteúdo. Neste momento o professor sente a obrigação de comprar o material com seu próprio salário para não prejudicar o ensino.

Andaló (1995, p. 188), ressalta que: “Faz-se necessário conhecer os educadores não apenas em seu papel, mas como sujeito, isto é, como pessoas que organizam suas vidas e seu trabalho dentro das condições materiais que a escola oferece”.

Defasagem e reprovação. Estes são os dois maiores motivos de preocupação dos professores. Métodos de ensino, condições materiais, condições da escola, condições psicológicas e financeiras da família dos alunos, todos estes são fatores que desencadeiam na defasagem e reprovação. No entanto, a responsabilidade tem sido atribuída ao professor de uma forma injusta. Muitos consideram má formação dos professores.

O professor não pode ser visto como o responsável pelo insucesso escolar, mas como sendo o profissional que vai superar pelo menos em parte os problemas educacionais. Para tanto, é necessário que se invista no crescimento e atualização dos professores. “O investimento financeiro no professor, embora necessário desde muito tempo, tornou-se agora inevitável”. (Prado in Velloso, 1999, p. 128)

Em relação à formação dos professores, a escola pesquisada apresenta uma situação especial, a nível de formação de seus docentes. Todos os professores primários entrevistados fizeram o curso de Pedagogia, um além da Pedagogia tem bacharelado em História e outro fez especialização em Alfabetização. Todos participam dos cursos ou seminários oferecidos pela prefeitura. Quando se pede uma avaliação destes cursos, as respostas não são as melhores. Fazem uma crítica bastante enfática de que o aproveitamento destes cursos é praticamente nenhum.

Os cursos tratam muito de teoria e a prática que é o que interessa e o que pode acrescentar não é tratado nem discutido. Um professor chega a comentar que quando trazem palestrantes de fora (de outro estado) e que atuam em sala de aula, aproveitam bastante, pois tratam de assuntos práticos. Mas isto é muito raro acontecer. A maior crítica que eles fazem é que “falta prática e sobra teoria”. Um lembrou que há cursos de excelente qualidade, porém são caros e eles ficam sem acesso.

Schimidt et al in Alonso (1999, p. 23) faz a seguinte consideração em relação à prática pedagógica

“a prática pedagógica tem como preocupação produzir mudanças qualitativas e, para isso, procura munir-se de um conhecimento crítico e aprofundado da realidade. Esta prática está marcada por uma opção consciente, pelo desejo de renovação, transformação e mudanças e pela busca e implementação de novos valores que venham a dar uma nova direção à prática social”.

Os professores avaliam que os cursos que a prefeitura oferece não acrescentam nada. Embora considerem que o curso em si pouco acrescenta, por outro lado existe uma interação entre os professores. A troca de idéias, de informações entre os colegas neste momento é muito importante e acrescenta muito em sua prática do dia a dia. Alguns comentam que aprendem muito através da troca de idéias com colegas de outras escolas.

Quando se pede uma sugestão de mudanças nos cursos oferecidos pela prefeitura, a resposta é a mesma: “abrir espaço para a prática nos cursos, e palestrantes mais voltados para a realidade da escola”. Sugerem ainda que a prefeitura abra oportunidade, para que eles participem de cursos de melhor qualidade. Para garantir uma educação escolar de qualidade, é necessário o investimento financeiro no professor.

Os professores entrevistados apontaram como problemáticos vários aspectos referentes às condições estruturais do ensino e da própria escola; falta de recursos didáticos pedagógicos, como por exemplo os livros que a prefeitura fornece e que não são suficientes para todos os alunos, a falta de interesse dos pais dos alunos, uma colaboração mais efetiva por parte das orientadoras, a precariedade das condições materiais - falta material para elaborar aulas e provas, como fotocópia, (a cota de cada professor é insuficiente) - material de pesquisa para os alunos, fitas de vídeo compatíveis ao que está sendo ensinado.

Consideram ainda a limpeza da escola como precária, e a falta de valorização do trabalho do professor.

“ O mal estar docente é uma doença social produzida pela falta de apoio da sociedade aos professores, tanto no terreno dos objetivos do ensino como no das recompensas materiais e no reconhecimento do status que lhes atribui”. (Cavichia, 1999, p. 144)

A tabela 2 relaciona as reclamações dos professores entrevistados neste estudo de caso, mostrando de acordo com a incidência do número de reclamações o grau de insatisfação.

Tabela 2 - Escola José do Valle Pereira - Principais reclamações dos professores sobre as condições de trabalho.

Reclamações	Nº de professores que reclamaram	Nº de professores que não reclamaram
Falta de interesse dos pais	5	1
Falta de valorização	5	1
Tempo	5	1
Falta de recursos/material	4	2
Falta de ajuda de orientador	2	4
Auxiliar de sala	2	4
Limpeza	1	5
Salário	1	5
Outros prof. (fono, psic)	1	5

Fonte: Professores entrevistados da Escola José do Valle Pereira
1999

A valorização do trabalho está associada ao desempenho no trabalho. Tannenbaum (1976) afirma que “a valorização do indivíduo afeta não apenas a satisfação e desempenho dos membros na organização como também o seu estado de saúde física e mental”.

Os professores, quando se formam no Magistério ou em Pedagogia, acalentam um sonho e até mesmo a ilusão de que a escola seja o lugar de encontro e da fala do amor, mas todos estes sonhos acabam no decorrer do exercício da profissão. As condições de trabalho pouco adequadas e os baixos salários acabam com as fantasias, tornando-os desanimados e desmotivados.

“...não há dúvida de que as neuroses são mais freqüentes entre professoras que lidam com abstrações e vão para a realidade escolar com a cabeça cheia de idéias” (p. 52). O autor considera ainda que a “escola burocrática acaba com todas as ilusões dos educadores que no início se mostram tão apaixonados por sua atividade e o destrói física e mentalmente”(Gadotti, 1994, p. 52)

3.2.3 A Prática Docente em Relação ao Comportamento dos Alunos

O trabalho docente está ligado a dois pólos; de um lado a escola, que segue uma linha burocrática para o funcionamento e do outro está o aluno que representará o resultado do trabalho do professor.

Dentro deste contexto, o professor terá que atender às exigências de conteúdo apresentada pela secretaria de educação independente das condições de aprendizado dos alunos.

Através de entrevistas informais mantidas com os professores, eles deixaram claro as dificuldades em atender uma política educacional vinda de fora e ao mesmo tempo atender às necessidades individuais de seus alunos. Alegam que, em sala de aula, algumas questões ligadas ao desempenho das crianças, torna-se difícil atender ao programa recebido. Quando questionados sobre o que fazem para enfrentar as dificuldades de seu trabalho, eles respondem:

“Tento fazer o melhor na medida do possível. Exerço função que muitas vezes não é minha, como ter que dar uma educação que deveria vir de casa, a gente tem que ser tudo, enfermeira, psicóloga e muitas vezes até mãe, catar piolho, fazer escovar os dentes...”

Quando o professor reclama que exerce função que não é dele, está se referindo à responsabilidade que coube ao estado a partir do movimento escolanovismo de educar a criança. Responsabilidade esta que ficou a cargo, principalmente do professor primário, quando se inicia a educação das crianças. Observa-se que não coube a ele a responsabilidade de educar apenas uma ou duas crianças, mas uma média de 30 a 40 crianças por sala de aula.

A sobrecarga de responsabilidade e papéis – ensinar e educar - que lhe é imposta o obriga a optar e dar prioridade a um deles, mesmo sabendo que está dando menor atenção ao outro. Jamal apud (França & Rodrigues 1996, p. 110) esclarece através de pesquisa realizada por Jamal que a sobrecarga de papéis, além de provocar o stress, tem como consequência maior insatisfação no trabalho e pouca motivação.

“A gente se vira aqui sozinha. A outra professora do ano passado chegou a desmaiar na sala de nervos, a gente anda bem frustrada”. (prof. "B")

Andaló (1995, p. 68) considera que discursos deste tipo mostram como os professores enfrentam de forma solitária alunos e classes difíceis, sentindo necessidade de um auxílio mais efetivo por parte de pais e de especialistas.

“Os pais mandam as crianças para a escola, e não se preocupam com o que está acontecendo. A gente manda bilhete, eles nem respondem. No final do ano, vêm brigar porque o filho não passou”. (prof. “B”)

Popovic apud Patto (1993, p. 111) ressalta a influência de fatores extra escolares que influem no rendimento escolar. Como primeiro plano cita “característica dos alunos e de seu ambiente familiar relacionados com o desempenho na escola, desinteresse dos pais frente às tarefas escolares de seus filhos e ausência de hábitos de leitura no lar”.

O comportamento dos alunos é uma conseqüência do desinteresse dos pais no acompanhamento da vida escolar de seus filhos. Crianças que, embora com pouca idade, apresentam uma tendência agressiva muito grande, são extremamente dispersas, não respeitam os professores, respondendo algumas vezes de forma ameaçadora.

Patto (1984, p. 142) Considera que “a maior dificuldade em sala de aula são os alunos que estacionam e os alunos cujos pais não se interessam”.

Os problemas sociais e familiares são conhecidos, por toda a comunidade escolar. Um professor faz o seguinte comentário a respeito de um aluno:

“O pai daquele aí, bate na mãe, bate nos filhos. A mãe fica desorientada e com frequência vai para a colônia Santana”.

Mello (1995 p. 51) ressalta que “a família é tida como fonte dos males da criança, por ser desorganizada e moralmente mal constituída”.

As crianças, vindas de famílias desequilibradas e problemáticas, trazem todos estes problemas para dentro da escola, e para a sala de aula. Mas há que considerar que não é somente uma criança que apresenta este desvio. É uma grande maioria. O que se observou no comportamento destas crianças na hora da aula foi um comportamento bastante disperso, muitas vezes alheios ao que o professor estava ensinando. Outros, muitas vezes, com atitudes bastante provocativas. Talvez seja uma forma de chamar a atenção. Como exemplo pode ser citado um fato presenciado durante as observações em sala de aula, onde o professor explicava a matéria, e um menino em um canto da sala, com um ar de deboche, faz com a boca um barulho imitando um bicho. O professor, a princípio, ignora. Ele persiste até o professor perder a paciência e chamar sua atenção. Com este comportamento, ele conseguiu tirar a atenção das outras crianças, interrompeu a aula e exasperou o professor.

Uma grande parte das crianças apresentam aspectos agressivos. Em várias turmas, observou-se situações em que o professor coloca uma atividade, seja um exercício até mesmo uma prova, e o aluno se levanta e diz que não vai fazer. A criança levanta, vai para a carteira dos outros colegas, perturba e atrapalha os outros. Quando o professor chama a sua atenção, então ele volta para a sua carteira, se distrai com qualquer objeto, por um curto espaço de tempo, e volta novamente a perturbar os outros colegas. Chega ao final da aula sem fazer a atividade. Em várias salas observou-se situações como esta.

Em alguns momentos, determinadas crianças mantêm atitudes de desobediência tão sistemática, provocam tanto, que o professor passa a ter um comportamento bem agressivo também. De repente, ele sai em direção àquele

aluno, dando a impressão de que vai bater, mas não chega à agressão física. Pôde-se observar, através da fisionomia dos professores, feições bastante contrariadas diante do comportamento das crianças.

O professor "E" trabalha substituindo os professores, quando estes faltam em períodos inferiores a 15 dias (mais de 15 dias de licença, a prefeitura manda um substituto, menos não). Neste período de observação, ele estava trabalhando em uma classe de 3ª série e comenta:

“Mesmo que a gente venha disposto e animado a dar aula, quando chega aqui e encontra esta bagunça e este barulho de arrastar carteira, que é muito irritante, não há quem agüente. Acaba perdendo a paciência”

Outras vezes eles já nem ligam para o que está acontecendo, mesmo porque não dão conta de tudo. Manter o controle é muito difícil, então deixa rolar até onde pode, quando não tem mais jeito chamam a atenção com o tom de voz alterado, falando alto, então as crianças se acomodam por alguns instantes. É muito cansativo, a insistência com que eles têm que chamar a atenção dos alunos por mau comportamento. No início da aula, observou-se que muitos perdem em média 10 minutos para acomodar e acalmar as crianças em seus lugares.

As crianças desafiam os professores, como se quisessem saber qual é o seu limite de tolerância, impõem o seu espaço, como se o professor fosse o intruso naquele local. Uma tarde, em conversa com a diretora na sala dos professores, entra o professor "F" quase chorando e reclama com a diretora:

“Diretora, já não agüento mais; os alunos estão me testando para saber o meu limite, aquela sala tá demais...”

O respeito pelo professor já não existe mais. Antigamente, os pais ensinavam a seus filhos o sentido da disciplina, da cortesia e o respeito. Atualmente, o quadro é o oposto: o professor é que tem que ensinar todos estes valores às crianças, sem contar com o apoio dos pais.

Os professores demonstram uma atitude apreensiva, quando bate o sinal de início da aula às 13:00 horas. Alguns comentam, quando bate o sinal. *“Agora é a hora do espanto I”*. Observou-se o comportamento deles em vários momentos em sala. Percebeu-se que no início da aula, eles apresentaram uma atitude calma e a fisionomia tranqüila. Quando entra na sala e a desordem está formada, o professor normalmente com calma e paciência espera que com a sua presença aos poucos as crianças vão se acomodando. Quando começa a aula, novamente recomeça o movimento. No início da aula, eles se controlam, porém quando vai chegando próximo ao recreio apresentam uma fisionomia transtornada e irritada.

O descanso de quinze minutos de recreio na sala dos professores serve para comentar suas dificuldades. Cada um chega reclamando mais que o outro. A queixa que fazem com maior incidência é em relação à agressividade dos alunos, *“não nos respeitam, são muito dispersos”*. Um outro reclama que sai da sala com dor de cabeça e rouco. O professor "K", que dá aula para a sétima série, escuta todas as reclamações e comenta: *“professor primário sofre”*. Termina o recreio e começa *“a hora do espanto II”*.

A aula de Educação Física é outro horário que eles “podem” descansar um pouco fora da sala de aula. Normalmente, são duas aulas por semana. Neste horário corrigem os cadernos, exercícios ou preparam alguma atividade. Outros aproveitam para descansar um pouco, longe do barulho das crianças.

Em uma dessas aulas acompanhamos o professor "E" que ficou na sala dos professores corrigindo provas. Em conversa com o professor "K" este fez o seguinte comentário: *"A aula de Educação Física é um alívio, né ? E o prof. "E" responde: "É um alívio, uma dádiva de Deus". Este comentário é uma demonstração de como é desgastante o trabalho docente.*

O resultado de todas estas situações é desanimador. O rendimento é baixo, deveres de casa que vão e voltam sem fazer, e com todo o tumulto o professor muitas vezes não consegue ministrar a aula que preparou.

O sentimento de frustração e ansiedade é muito freqüente, pois não conseguem atingir seus objetivos. Perdem tempo preparando uma aula e muitas vezes não conseguem repassar em função dos conflitos e do mau comportamento de seus alunos. No final da aula, é comum escutar entre eles comentários como o que ouvimos do professor "F".

"Ai! Estou tão chateada... não consegui dar o que tinha planejado. Eles não me deixaram dar o que tinha planejado. A gente chega em casa com a garganta doendo, porque tem que falar muito alto para ser ouvida. Ainda assim não consegui".

"A impressão que fica é de que a atividade cotidiana dessas profissionais se caracteriza por um esforço mal sucedido de ensinar aquilo que acreditam correto. Seu insucesso quase permanente provoca uma sensação intensa, embora muitas vezes indiferenciada, de frustração e inutilidade". (Andaló 1995, p. 89)

A insatisfação por não atingir seus objetivos gera o desânimo e desmotiva o professor em suas atividades. Eles perdem o entusiasmo e vão levando como podem. Durante as conversas, na sala dos professores, pode-se ouvir comentários que retratam o resultado de sua produção, como: *"A gente finge que ensina e eles fingem que aprendem".*

A todos estes conflitos, os professores atribuem a culpa aos pais que não acompanham a vida escolar de seus filhos. Os pais não se preocupam em abrir um caderno dos filhos para saber o que está acontecendo. Na faixa de idade de 1ª à 4ª série, a criança não tem responsabilidade, de chegar em casa e fazer os deveres, os pais têm que acompanhar. Eles reclamam que mandam bilhetes chamando os pais na escola, mas não aparecem. O professor "E" comenta que para conseguir que a mãe venha na escola conversar, ela tem que deixar a criança de castigo sem participar da aula de Educação Física - não sem motivo, por alguma razão - então a criança chega em casa e reclama que o professor o colocou de castigo sem fazer Educação Física - as crianças gostam muito desta aula - neste momento a mãe vem saber porque seu filho está de castigo. *“Se não for assim eles não vêm”*.

A relação professor aluno não se restringe somente aos conflitos. Existe amor. É esta parcela de amor por ambas as partes que resulta no aprendizado, ainda que pequeno. Quando se questiona os professores sobre o que facilita o seu trabalho, a resposta da maioria é a mesma.

“Minha determinação e vontade que as crianças tenham um futuro melhor”.

“Minha força de vontade, apesar das dificuldades, a gente tenta fazer da melhor maneira possível”.

“O amor à criança. É fazer de tudo, para conseguir ensinar”.

Neste relacionamento professor x aluno, Patto (1984, p. 51) considera como sendo “origem de toda gratificação ou frustração do professor, na medida em que o ensino é principalmente troca emocional ou afetiva”

3.2.4 A Relação Entre o Trabalho Docente e as Licenças de Saúde

A grande incidência de licenças – oito afastamentos com mais de quinze dias em um intervalo de um ano e meio - por motivo de saúde, comprovadas através de relatórios pesquisados na Diretoria de Recursos Humanos de Santa Catarina, demonstram que, na atividade docente, o risco de acidente de trabalho é muito baixo, quase zero, porém o exercício da atividade exerce uma sobrecarga muito grande na saúde física e mental dos professores. Somente os dois contratados (ACT) não se afastaram em licenças para tratamento de saúde. Os demais professores, em número de seis, todos possuem laudo de afastamento, para tratamento de saúde. Os diagnósticos foram os mais diversos como: transtornos neuróticos, estado de ansiedade, gastrite e duodenite, depressão neurótica, hemorróida não especificada com outras complicações, outras doenças dos intestinos e peritônio, amigdalite aguda, infecção das vias respiratórias superiores, doenças do esôfago e do estômago.

Os relatórios pesquisados somente demonstraram os afastamentos com mais de quinze dias. Conforme tabela 1, as ausências permitidas por lei de três dias e os afastamentos do trabalho, até quinze dias, não foram considerados, por não estarem disponíveis naquela diretoria.

O fator que mais afeta a saúde dos professores, no desempenho de suas atividades, é o estresse. Considerando os dados apresentados nos laudos médicos, dos oito professores pesquisados, seis apresentaram doenças que podem ser consequência do estresse. O estresse pode ser provocado por razões sociais como a pouca valorização do trabalho do professor ou ainda preocupação em obter um resultado positivo de seu trabalho.

De acordo com a revisão bibliográfica, (Piletti, 1994, Romanelli, 1978, Ghiraldelli, 1991) verificou-se que vários foram os fatores, que fizeram com que o trabalho pedagógico se tornasse desvalorizado. No início era um trabalho executado praticamente por mulheres e o trabalho executado por mulheres normalmente era considerado como de pouco valor, a não valorização do ensino primário e outros fatores. A desvalorização da categoria de professores é um dos fatores que provocam a baixa da alta estima do profissional, causando insatisfação, desânimo e depressão. (França & Rodrigues 1996).

Pode-se considerar ainda a carga excessiva de trabalho, associada a um período de tempo muito curto para desempenhar várias atividades como: elaborar a aula, corrigir trabalhos, cadernos e provas. Estudos desenvolvidos por Manera e Wright apud Cavichia (1999, p. 145) apontam a falta de tempo como primeira causa de estresse.

No trabalho docente, aparentemente, o horário é de oito horas, mas se estende muitas vezes em até doze horas diárias. O trabalho não se restringe à sala de aula, muitas vezes estende-se ao lar. Os professores precisam usar o seu tempo de descanso em casa, para preparar aula, elaborar provas, corrigir trabalhos e as provas.

“Apenas sobre o critério do rendimento, inúmeros estudos demonstraram que, de maneira geral, uma duração diária de oito horas de atividade profissional constitui um limiar, além do qual decai a qualidade ou a quantidade de trabalho. Entretanto devem ser feitas algumas observações: A diminuição do rendimento é um sinal indireto de fadiga; à duração da jornada deve -se agregar o tempo de transporte”. (Laville, 1977 p. 80)

Envolvidos em sua jornada de trabalho, estes professores, ao longo de sua vida profissional, vão acumulando uma carga de estresse muito grande, o que acaba somatizando-se sob diversas formas de sintomas e doenças.

Polaino apud Cavichia (1999, p. 112) “estabelece uma relação entre a tarefa e a auto-imagem e auto-estima do professor no sentido de que, quando o professor percebe que não domina as situações do magistério, por carecer de recursos adequados para tanto, aparecem efeitos negativos sobre sua auto-imagem”.

Quando questionados que tipo de doença ou dores crônicas que tiveram nos últimos meses, a resposta, em unanimidade, foi o estresse.

Segundo França & Rodrigues (1996), o estresse é uma resposta que o nosso organismo dá aos acontecimentos de nossas vidas. Ele pode advir tanto de uma situação de muita tensão como de uma situação de grande alegria, como o nascimento de um filho, (França & Rodrigues, 1996, p. 20). “O desenvolvimento deste processo vai depender da predisposição do organismo de cada pessoa”.

Cada pessoa reage de forma diferente, nem todos os professores manifestaram o mesmo sintoma. Cada um tem uma forma própria de manifestar sua insatisfação. Mas, de acordo com o resultado da pesquisa, alguns sintomas são freqüentes.

Observando a situação dos professores, pode-se considerar como exemplo a situação de um aluno deficiente surdo-mudo em uma turma de crianças sem problemas de deficiência. O professor que não está preparado para este tipo de cliente. Este aluno irá exigir um tipo de atendimento diferenciado, especial em relação aos demais. Em situações como esta, o grau de exigência deste professor aumenta, exigindo um maior desempenho e preparo específico para

aquele aluno. O professor que experimenta esta situação altera todo o seu sistema emocional. São situações como esta, em que ele se sente incapaz, aumentando o nível de preocupação, que o organismo reage desencadeando o estresse.

O professor que está com a auto-estima em baixa, tende a diminuir o seu envolvimento diminuindo assim a qualidade de seu trabalho. Neste momento, há uma maior possibilidade de aumentar os conflitos professor x aluno e professor instituição escolar.

Após a pesquisa realizada entre os professores, observou-se, que todos estão em alguma fase de estresse, conforme inventário estabelecido por Lipp & Rocha (1996), sendo que neste estudo de caso dos oito professores participantes, seis estão na fase de exaustão. Já estão em tratamentos com médicos e psicólogos. Os médicos para tratar o comprometimento físico e o psicólogo para aprender a lidar com os estressores.

De acordo com o inventário criado por Lipp & Rocha (1996), onde associaram os sintomas com as fases em que se encontra o estresse, o caso específico em relação aos professores de 1^a a 4^a série, apresentou o seguinte quadro:

Na fase de alerta estão os aumentos súbitos da pressão arterial, taquicardia e insônia. Nesta fase estão os dois professores substitutos, e que têm pouco tempo de exercício de magistério. Os sintomas que apresentam em relação ao estresse ainda são mais brandos; um alegou dores de cabeça constante e os dois apresentaram sinais de cansaço físico e mental, como dispersão e dores no corpo.

Na fase de resistência, quatro professores apresentaram algum sintoma desta fase, como cansaço constante, problemas estomacais, tontura, desânimo e depressão, conforme os laudos médicos. Dois se queixaram de depressão, um alegou sentir tonteira com frequência e um reclamou de cansaço constante.

Já na fase de exaustão, os seis professores que participaram da entrevista apresentaram pelo menos um dos sintomas listados pelo autores acima como: ulcera ou problema de digestão, hipertensão crônica, depressão, grande irritabilidade, ansiedade, conforme o laudo médico. Nesta fase, três professores apresentaram quadro com dor de cabeça constante, dois com problemas de depressão, dois sentem muita ansiedade, dois apresentam quadro de grande irritabilidade, um é hipertenso e um com problemas de úlcera. A tabela abaixo apresenta os resultados dos dados colhidos na Escola Básica José do Valle Pereira, mostrando a incidência de doenças desenvolvidas pelos professores da 1ª a 4ª série participantes deste estudo de caso e que os afastaram de seus trabalhos por mais de 15 dias, para tratamento de saúde.

Tabela 3 - Escola José do Valle Pereira – Incidências de doenças que provocaram licenças de saúde

Doenças	N.º de Afastamentos
Problemas psicológicos ou psiquiátricos	9
Hipertensão	7
Ansiedade	3
Amigdalite aguda	2
Gastrite e duodenite	2
Problemas intestinais	1
Hemorróida	1
Infecção das vias respiratórias	1
Doença renal hipertensiva	1
Aborto	1
Problemas do aparelho locomotor	1
Convalescença após cirurgia	1

Contusão do membro superior	1
Licença gestação	1
Problemas de saúde na família	1

Fonte: Gerência de saúde do servidor em SC
1998-1999

Outro sintoma que os professores com bastante freqüência se queixam e, à vezes, confundem com o estresse é a ansiedade e a angústia. Eles associam estes sintomas ao desânimo e à depressão.

A ansiedade, Wisner (1997, pg. 183) define como sendo “um estado de tensão interna, experimentado como desagradável e penoso pelo sujeito, é um estado de espera de um acontecimento potencial que surgindo colocaria em perigo a integridade da pessoa”.

A angústia, Wisner (1997, p. 183) define, como sendo um estado de espera penoso, de uma ameaça subjetiva que vem do interior da pessoa. “Ela resulta de um conflito intra psíquico, isto é, de uma contradição situada no interior do aparelho mental”.

A ansiedade atua como uma reação emocional ao estado de espera, buscando respostas de forma acentuada no aspecto cognitivo que são os pensamentos e as imagens.

Considera-se que a ansiedade que os professores sentem é o resultado das responsabilidades inerentes ao trabalho e expectativas em relação ao tempo e aos meios de que dispõe e que os obriga a fazer mal seu próprio trabalho. Muitos se perguntam: “qual será o futuro dos meus alunos” ? Quando o índice de aproveitamento das crianças é baixo e o resultado fica negativo, neste momento, o professor pode considerar como sendo de perigo para sua integridade e suas capacidades como profissional. Deve-se considerar que a forma de trabalho

verbal permite que a mensagem sofra deformação e não seja aproveitada da forma mais adequada pelos alunos.

Cavichia (1999, p. 115) enfatiza; "... os casos mais graves de ansiedade pode afetar a saúde mental dos professores, que se degenera em quadros depressivos ou neuroses reativas".

O quadro apresentado por Cavichia (1999) pode ser comprovado através da pesquisa feita na Gerência de Recursos Humanos, onde o maior índice de afastamento dos professores foi provocado por problemas psicológicos ou psiquiátricos. Ocorreram nove afastamentos de professores com problemas psicológicos ou psiquiátricos e três afastamentos por estado de ansiedade.

A angústia que sentem pode ser considerada como sendo o conflito interior existente, ao saber que o futuro das crianças não depende somente dele, mas também de outros aspectos, como as condições materiais para o bom desempenho de seus trabalhos, da ajuda dos pais que também deveriam se preocupar com o desempenho de seus filhos. Estes fatores eles não podem resolver, porém atingem o seu desempenho, tornando sua imagem negativa perante a sociedade.

Wisner (1994, p. 18) lembra a existência de "uma taxa particularmente alta de absenteísmo, vinculada principalmente a uma síndrome depressiva, nas situações onde é essencial o contato com o público".

O resultado da pesquisa feita nos Relatórios da Diretoria de Recursos Humanos demonstram que o problema que mais afastou os professores de seus trabalhos foram os problemas psicológicos ou psiquiátricos, de acordo com a tabela 2. Os problemas que normalmente apresentaram foram os transtornos neuróticos, estados de ansiedade, depressão neurótica, neurose depressiva,

quadro depressivo com desânimo e ansiedade, reação depressiva breve, histeria, transtornos de humor.

De acordo com França & Rodrigues, a incidência de problemas psicossomáticos está associada à sobrecarga de papéis. O exercício de várias funções em uma só é responsável por estes desequilíbrios.

Na atividade docente o ritmo de trabalho é acelerado, pois precisa atender uma turma normalmente de trinta a trinta e cinco alunos, que o chamam com bastante intensidade. Deve-se considerar que o estudo de caso foi desenvolvido em turmas de 1ª a 4ª série, e que nesta fase, a criança ainda exige a presença e atenção constante do professor. Ao mesmo tempo, este se desdobra para passar todo o conteúdo programado a ser ensinado durante a aula - exigência da secretaria da educação - além de dar outros tipos de assistência aos alunos. O ambiente de trabalho dos professores apresenta outros aspectos que os levam ao cansaço físico e mental, podendo provocar algumas doenças.

A dimensão da sala de aula, o ruído, a temperatura e poeira, são fatores que segundo Oddone et al (1986), estão presentes também no ambiente onde vivem. Porém, se estes elementos não estiverem dentro da faixa de tolerância humana, podem provocar patologias.

Sintomas como amigdalite, dor de garganta, gripe, renite e doenças alérgicas estão associados aos fatores relacionados ao ambiente físico, temperatura e poeira.

As principais variáveis que afetam as trocas térmicas do organismo humano com o meio ambiente são: temperatura do ar (seca ou úmida), umidade relativa do ar, velocidade do ar e a temperatura das superfícies (paredes, tetos e solos) (Lida, 1990, p. 235). Atribui-se que a sensação climática das salas sofre

modificação em função da variável superfície mais diretamente o solo (no caso das salas de aula o piso cerâmico) durante o inverno as baixas temperaturas provocam um aumento da sensação de frio. A maioria dos professores entrevistados consideraram como sendo a razão do aumento dos casos de gripe durante o inverno e reclamam que adoecem com frequência.

A dimensão da sala, associada ao ruído provocado pelos alunos, através de carteiras que se arrastam constantemente e vozes altas, praticamente aos gritos, faz com que o professor altere o tom de voz para se fazer ouvir, forçando as cordas vocais, sendo freqüente dores de garganta. É exigido ainda um certo esforço físico do professor, uma vez que seu trabalho necessita estar de pé quase que o tempo todo.

A *poeira*, provocada pelo pó de giz e absorvida pelas vias respiratórias e pele, pode provocar uma série de doenças alérgicas, como rinite, doenças cutâneas ou pulmonares, como bronquite.

3.3 Conclusão

Embora seja uma escola de boa estrutura física, ainda apresenta alguns aspectos que devem ser observados para melhorar as condições de trabalho dos professores, de modo a tornar o ambiente mais agradável. A falta de condições adequadas, como: mesa de trabalho, borracha nos pés das carteiras, para diminuir o barulho, entre outros, desestimula o trabalho, tornando-o menos prazeroso.

As relações dentro da escola se tornam conflituosas em função da má distribuição salarial, resultante de uma política do governo. Os professores se sentem prejudicados, por entenderem que trabalham mais que os orientadores e ganham menos, o que os desestimula para o trabalho.

As barreiras encontradas no dia a dia estão relacionadas com a formação e a atualização dos professores. Atualizações mais freqüentes se tornam necessárias, para eliminar a responsabilidade pela reprovação e a defasagem escolar, que são as sombras que os acompanham, gerando angústias, frustrações e inseguranças.

Necessário se faz maiores investimentos, como cursos especializados para os professores, pois, preparando-os melhor estará facilitando seu trabalho, tornando a atividade mais prazerosa com um melhor resultado para os alunos, e maior satisfação dos professores, diminuindo os desgastes.

Conscientizar as famílias da necessidade de acompanhamento da vida escolar de suas crianças seria outra forma de valorizar o trabalho dos professores, e que resultaria na diminuição dos conflitos existentes nas salas de aula.

As exigências nos diversos aspectos de trabalho, associados às existentes, dentro da escola e os conflitos nas salas de aula podem afetar a saúde destes profissionais, podendo levá-los a adoecer. O alto índice de neurose e depressão, conforme dados da Gerência de Saúde do Servidor em Santa Catarina e apresentada na tabela 3 apresentado pelos professores, é um sinalizador da exigência cognitiva desta atividade. O resultado do estudo de caso demonstra que a saúde dos professores vai se deteriorando de forma invisível com o passar

dos anos de trabalho. Quanto mais tempo de trabalho, maior o índice e o grau das doenças apresentadas.

4 - CONCLUSÃO

4.1 Conclusões Gerais

A área da educação, principalmente o nível analisado neste estudo de caso, é um setor, que, embora seja a base para o desenvolvimento de um país, ainda é muito carente e deficitária no Brasil. Hoje com as novas tecnologias, a educação vem alcançando um avanço através de novos modelos de educação à distância, com o auxílio da mídia. Porém, não são todas as classes que podem ter acesso a este tipo de educação. Estas novas tecnologias ainda não atendem a todas as classes sociais de nossa sociedade, principalmente as de poder aquisitivo mais baixo, como também as séries iniciais, onde a criança necessita do ensino presencial.

A escola pública é a grande realidade brasileira, e o ensino presencial, acredita-se que será ainda por muitos anos uma realidade a ser vivida. Por este caminho, a figura do professor vai continuar existindo ainda por muitos anos.

Focalizando este profissional – os professores do ensino fundamental (primário) – realizou-se um estudo de caso, na Escola Básica José do Valle Pereira, onde se pesquisaram as ocorrências de afastamento dos professores de 1^a a 4^a série, para tratamento de saúde. Identificouse a necessidade de implantar programas de apoio aos professores em sua formação pedagógica e em relação aos aspectos psicológicos, por acreditarmos que podem auxiliar em casos de desajustes, como os que envolvem o relacionamento com os alunos.

Os resultados da pesquisa demonstraram a existência de uma grande insatisfação dos professores em relação aos orientadores, em função de uma política salarial do governo. A relação professor x orientador/supervisor, que deveria ser mais próxima, visando um apoio dentro da atividade pedagógica, se torna fria e distante, deixando de atender o seu objetivo.

Evidenciou-se que o problema crônico dos professores é em lidar com as crianças. Esta situação é bastante preocupante, uma vez que o seu trabalho está diretamente ligado a elas. Os professores sentem dificuldades em manter o controle das crianças dentro da sala de aula e algumas vezes não conseguem atingir o seu objetivo que é o aprendizado, resultando em casos de defasagem e reprovação.

Eles sentem-se injustiçados e solitários, pois acreditam que deveriam contar com o auxílio dos pais (maiores interessados) e com melhores condições de trabalho para alcançar o resultado ideal em sua atividade. Durante as

entrevistas muitos relatavam a necessidade de um acompanhamento dos pais, para que houvesse um ótimo desempenho das crianças.

Outra razão de sobrecarga e que está relacionada aos desajustes emocionais dos professores, acredita-se ser originada pelo despreparo durante a formação acadêmica destes profissionais, para o trabalho em uma nova realidade comportamental das crianças. Houve muitos relatos, referentes à agressividade, enfrentamentos e falta de educação das crianças.

Em relação à exigências do serviço (mentais e físicas) estas acabaram por refletir-se com maior incidência (nove casos) no que se refere aos aspectos psicológicos e psiquiátricos dos professores, sobressaindo em relação às demais ocorrências.

Com base neste diagnóstico, propõe-se algumas mudanças na forma de organização do trabalho docente, como uma participação mais efetiva dos professores na elaboração do currículo escolar, buscando, desta forma, melhorar a qualidade de vida dos professores. Acredita-se que, com melhores condições de trabalho e mais estimulados, eles poderão desempenhar com maior eficácia suas atividades, obtendo-se assim maior produtividade e melhores resultados de seus trabalhos, o que irá resultar em melhor desempenho e aprendizado das crianças, elevando desta forma a auto-estima, tanto dos professores, quanto das crianças.

4.2 Recomendações

Os conhecimentos adquiridos, a partir deste trabalho, representaram um ponto de referência, para avaliar o quanto a atividade docente carece de investimentos em todos os aspectos. Por ser a educação a base do desenvolvimentos de um país, necessário se faz investigar e investir para melhorar esta área.

Outras recomendações decorrentes deste trabalho refere-se a :

- desenvolver cursos de atualização compatíveis às necessidades dos professores, através da busca das necessidades e direcionados, de modo ao máximo de aproveitamento;
- desenvolver trabalhos em conjunto com a família dos alunos, conscientizando-a das necessidades de acompanhamento da vida escolar dos filhos durante o ano todo;
- desenvolver trabalho semelhante, envolvendo psicólogos e assistentes sociais, dando suporte aos problemas familiares;
- adequar o ambiente escolar, no que tange ao aspecto físico, de modo a torná-lo mais agradável e prazeroso;
- melhorar o aspecto das salas de aula, reestruturar a sala dos professores, tornando um ambiente de descanso mais confortável, minimizando o barulho das crianças;
- desenvolver atividades para valorização do trabalho docente em parceria com orientadores e supervisores, buscando eliminar as diferenças salariais e funcionais existentes.

4.3 Sugestões Para Trabalhos Futuros

Como continuidade a este trabalho, propõe-se realizar um estudo semelhante em escolas da rede estadual e particular, com o objetivo de verificar se as situações aqui relatadas repetem-se em outras escolas.

Sugere-se, ainda, realizar um estudo, na escola pesquisada, com uma equipe multidisciplinar, para aprofundar os aspectos referentes à exigências físicas e mentais.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Myrtes Organização, QUELUZ, Ana Gracinda. Orientação,. O

Trabalho docente: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1999

ALVES, Rubens. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez,

1992

ANDALÓ, Carmem S. de Arruda. Fala professora! Repensando o

Aperfeiçoamento docente . Rio de Janeiro: Vozes, 1995

BRANDÃO, Carlos R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CAVICHIA, Durley de Carvalho. O mal estar docente: a sala de aula e a saúde

do Professor; tradução de José M. Esteve. São Paulo: EDUSC, 1999

CODO, Wanderley. Indivíduo trabalho e sofrimento: uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

_____. Educação: carinho e trabalho. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes 1999

CUNHA, Marcus Vinícius da. A desqualificação da família para educar. In: Caderno de Pesquisas, 1997, nº 102, 48-49

DEJOURS, Cristophe, A loucura do trabalho: tudo de psicopatologia do trabalho; tradução de Ana Izabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez - Oboré, 1988.

DI, Giorgi. Escola nova. São Paulo: ed. Ática, 1982

FAVERGE, J. M., LEPLAT J., & GUIGUET B. La adaptación de la máquina al hombre. Traducción de Dora Delfino y Mariá C. Eguibar. Buenos Aires: Kapelusz S. A 1961.

FERREIRA, Aurélio B. H.. Novo dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986

FIOD, Edna Garcia M & GONÇALVES, Maria E. Ribeiro. O papel da escola na construção de uma sociedade democrática. Florianópolis: UFSC, 1989

FRANÇA Limogi, Ana C. & RODRIGUES, Avelino Luiz. Stress e trabalho - guia básico com abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 1996

- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra S.A, 1997
- FREITAG, Barbara. Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes, 1980
- GADOTTI, Moacir. Organização do trabalho na escola: Alguns pressupostos. São Paulo: Ática, 1994
- _____ - Escola cidadã. São Paulo: Cortez, 1997
- GARCIA, Walter E.: Organizador. Educação brasileira contemporânea: Organização e funcionamento, Rio de Janeiro: MC Graw-Hill do Brasil, 1978
- GHIRALDELLI, Carlos Jr. História da educação. São Paulo: Cortez, 1991
- IIDA, Itiro. Ergonomia - projeto e produção. São Paulo: Edgard Blücher, 1990
- LAVILLE, Antoine. Ergonomia; Tradução: Marcia Maria Neves Teixeira. São Paulo: EPU, 1977
- LIPP, Marilda Novaes & Rocha, João Carlos. Stress, Hipertensão arterial e qualidade de vida: um guia de tratamento para o hipertenso. Campinas SP: Papyrus, 1996
- MELLO, Guiomar Namó de. Magistério de 1º grau - da competência técnica ao compromisso político. São Paulo: Cortez, 1995

MENDES, René. Vários autores. Reynaldo Fernandes, organizador. O trabalho no Brasil no limiar do século XXI. São Paulo: LRT, 1995

MONTMOLLIN, Maurice de A.. A Ergonomia. Lisboa: Manuel Barbosa & Filhos, 1990.

_____ - L' Analyse du travail, l' ergonomie – la “qualité de la vie travail” les américains, et nous. *Le travail Humain*. Paris: Tome 45, n. 1, 1982

NOVAES, Maria Eliana. Professora primária mestra ou tia. São Paulo: Cortez, 1984

ODONE, Ivar, MARRI Gastone, GLORIA Sandra, BRIANTE Gianni,

CHIATELLA, Mariolina & RE Alessandra. Ambiente de trabalho - a luta dos trabalhadores pela saúde. São Paulo: Hucitec, 1986

PATTO, Maria Helena Souza. Psicologia e Ideologia: Uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A Queiroz, 1984

_____ - A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A Queiroz, 1993

PESSANHA, Eurize Caldas. Ascensão e queda do professor. São Paulo: Cortez, 1994

PILLETI, Nelson. História da educação no Brasil. São Paulo: Ática S.A, 1994

RAMA, Leslie Maria José da Silva. Legislação do ensino: uma introdução ao

Seu estudo. São Paulo: EPU, 1987

RIBEIRO, Darcy. Nossa escola é uma calamidade. Rio de Janeiro:

Salamandra, 1984

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil. São Paulo:

Vozes, 1978

SANTOS, Neri dos, Filho, Francisco Antônio Pereira. Manual de análise

ergonômica do Trabalho. Curitiba: Genesis. 1995

SÁVCHENKO, P. ? Que es el trabajo ?; tradução de Manuel Nebreda. URSS:

Progreso, 1987

SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação: por

uma outra política educacional. São Paulo: Autores associados, 1998.

SILVA, Tadeu Tomaz da. O que produz e o que reproduz em educação:

ensaios da sociologia da educação. Porto Alegre: Artes Médicas. 1992

SCHUCH, Vitor Francisco, Organizador. Legislação mínima da educação no

Brasil: ensino de 1º, 2º e 3º graus. Porto Alegre, 1986

TANNENBAUM, Arnold S. Psicologia social da organização do trabalho;

tradução de Sônia Fernandes Schwartz. São Paulo: Atlas, 1976

VELLOSO, João Paulo do Reis, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti,
Coordenadores. Um modelo para a educação no Século XXI; fórum
nacional: Rio de Janeiro: José Olympio, 1999

WISNER, Alain. A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia;
tradução de Leal Ferreira. São Paulo: Fundacentro, 1994

_____ Por dentro do trabalho - Ergonomia método & técnica; tradução
de Flora Maria Gomide Vezzà. São Paulo: FTD/Oboré, 1997

**Anexo A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS COM AS PROFESSORAS
DE 1ª A 4ª SÉRIE DA ESCOLA PROF. JOSE DO VALLE PEREIRA**

1) Perfil da Professora:

1.1) Nome _____

1.2) Bairro onde Mora: _____

1.3) Estado civil: _____ nº de filhos

1.4) Idade: _____ anos

1.5) Escolaridade: _____

1.6) Pós Graduação: _____

1.7) Nível na Carreira: _____

1.8) Tempo de serviço: _____ E na escola? _____

1.9) Nível na carreira: _____

1.10) Unidade de Lotação: _____ nº matricula _____

1.11) Escolaridade dos pais: _____ profissão: _____

1.12) Escolaridade do marido: _____ profissão: _____

1.13) Você participa de alguma associação ou movimento docente? _____

1.14) Parâmetro de renda familiar:

01 a 05 salários mínimos ()
11 a 15 salários mínimos ()

06 a 10 salários mínimos ()
16 a 20 salários mínimos ()

2) Perfil da profissão:

2.1) Porque a escolha pela carreira do magistério?

2.2) Qual é a sua jornada de trabalho?

2.3) O que para você é mais gratificante no exercício do magistério?

2.4) E o que é mais frustrante?

2.5) O que dificulta o seu trabalho?

2.6) O que você faz para enfrentá-la ?

2.7) O que facilita se trabalhos?

2.8) O que, para você, mais afeta a qualidade do seu trabalho?

2.9) Quanto tempo você despende para ir e vir do trabalho

3) Perfil do trabalho:

3.1) Na sua maneira de ver, como deve ser a escola?

3.2) Como é a divisão de trabalho na escola municipal ?

3.3) Qual é a competência do professor diante desta forma de divisão do trabalho?

3.4) Quem prepara as provas e/ou as avaliações?

3.5) Quanto tempo você gasta em média, com preparação de aulas e com correção de exercícios e provas?

3.6) Você tem algum tipo de apoio profissional na escola?

3.7) Como este apoio influencia o seu trabalho? Ele é satisfatório?

3.8) Como são os recursos materiais da escola?

3.9) Na sua opinião são suficientes? O que você acha que seria necessário?

3.10) Como você vê o seu trabalho?

3.11) Se você fosse fazer uma comparação entre o ensino atual e o antigo, em relação a qualidade do ensino, o que você acha? Melhorou ou piorou ?

3.12) Na sua opinião quais seriam as causas?

3.13) Quais as dificuldades que a professora de 1ª a 4ª séria se defronta na atualidade?

3.14) Como é tratada a carência afetiva dos alunos em relação ao aprendizado de forma a estimular a criança?

4) Perfil da Saúde:

4.1) Que tipo de doença ou dores crônicas você teve nos últimos meses?

4.2) Alguma delas tem mais de um ano?

4.3) O que mais a incomoda nelas?

4.4) Você já teve sintomas de estresse?

4.5) A que você os atribui?

4.6) Em que épocas ou situações você percebe que adocece mais?

4.7) Como reage a problemas de saúde?

4.8) Você se recupera rápido?

4.9) O que você costuma fazer para melhorar?

5) Perfil do aperfeiçoamento docente

5.1) Quantos cursos de aperfeiçoamento voce já fez ? E quais?

5.2) Qual a sua avaliação do curso recentemente feito?

5.3) Qual seria a sua avaliação em relação a eficiência dos cursos em geral?

5.4) Em relação ao curso recentemente feito (ultimo). Qual seria a sua crítica?

5.5) Você teria alguma sugestão de mudança nestes cursos?

Local:

--

Data: _____

Hora: _____

Início: _____ Término:
